



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MERCADO CENTRAL DE JOÃO
PESSOA: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO INFANTIL E O TRABALHO
FAMILIAR

DANIELA SANTA ROSA RODRIGUES

JOÃO PESSOA
2019

DANIELA SANTA ROSA RODRIGUES

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MERCADO CENTRAL DE JOÃO
PESSOA: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO INFANTIL E TRABALHO
FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de mestra em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Políticas Sociais e Desenvolvimento

Orientadora: Prof^a Dr^a Flávia Ferreira Pires

**JOÃO PESSOA
2019**

R696c Rodrigues, Daniela Santa Rosa.

Crianças e Adolescentes do Mercado Central de João
Pessoa: um estudo sobre o trabalho infantil e o trabalho
familiar / Daniela Santa Rosa Rodrigues. - João Pessoa, 2019.

104 f. : il.

Orientação: Flávia Ferreira Pires Pires.
Dissertação (Mestrado) -
UFPB/CCHLA.

1. infância, trabalho infantil, trabalho familiar. 2. feira, mercado
público, João Pessoa. I. Pires, Flávia Ferreira Pires. II. Título.

UFPB/BC

DANIELA SANTA ROSA RODRIGUES

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MERCADO CENTRAL DE JOÃO
PESSOA: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO INFANTIL E O TRABALHO
FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de mestra em Sociologia.

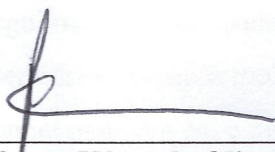
Linha de Pesquisa: Trabalho, Políticas Sociais e Desenvolvimento

APROVADA EM: ____/____/____

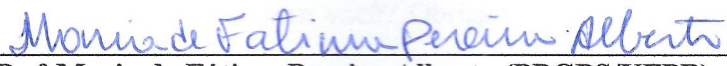
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Flávia Ferreira Pires (PPGS/UFPB)



Prof.º Dr.º Roberto Vêras de Oliveira (PPGS/UFPB)



Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Pereira Alberto (PPGPS/UFPB)

AGRADECIMENTOS

Entre cada página dessa dissertação existem muitas mamadas, troca de fraldas e dois pequeninos que necessitam de muito colo. Não chegaria aqui sem a minha maravilhosa rede de apoio, que de forma extraordinária se revezou para eu poder continuar a pesquisa de campo e dar continuidade a escrita.

Ao meu pai Vicente que sempre torceu por mim, mesmo a distância. A minha mãe Marinélia, por sempre incentivar a continuidade nos estudos.

Ao meu melhor amigo, Diego. Gratidão pelo colo, pelo cuidado, pela paciência e também pelos silêncios, que a maioria das vezes foi mais importante do que as palavras ditas. Sem você nada disso teria acontecido. Que sorte a minha, de ter no meu companheiro, o meu melhor amigo e incentivador.

À Josué, meu primeiro mestre. Obrigada por gestar uma mãe cheia de defeitos e qualidades. Que aprendizado você me trouxe filho. Conheci a maternidade através de você. Um amor tão singular. Como é bom crescer junto com você.

Um amor que multiplica. À Dandara, que aproveitou o “forno quente”, e de surpresa veio para mostrar nossa capacidade de resiliência e perceber que podemos ir mais além, embora duvidemos. Quantas vezes achei que não ia dar conta? Mas você nos presenteou com sua chegada e sua vida, mostrando que tudo tem seu lugar. Obrigada por me escolher para ser sua guardiã nessa passagem terrena. Que honra!

Ao sogro e sogra, Edvaldo e Sandra. Quantas vezes dividiram os cuidados com Josué enquanto eu dava prosseguimento às atividades do mestrado? Além dos cuidados comigo durante os dois pós-operatórios. Sempre muito prestativos e cuidadosos. A vida foi tão generosa comigo que ganhei mais um pai e uma mãe.

À Luciana, que apareceu para “nos salvar” no momento que a gente mais precisava. Obrigada pelo cuidado com nossos pequenos e com a nossa casa. Como eu ia conciliar estudo, trabalho, dois filhos, sem você? Obrigada por continuar conosco em meio a tantas mudanças.

À Jessyca, amiga desde a graduação. Dividimos a maratona de estudos para seleção do mestrado. Passamos e engravidamos! Você é um exemplo, pois com todas as adversidades vividas pelas mães solo, você alcançou seu objetivo.

À Joane, também amiga da graduação, hoje minha instrutora maravilhosa. Obrigada pelos conselhos, pelo incentivo e por me ouvir. Por continuar presente, mesmo que longe.

À Fernanda, Júlio, Thais, João, Rodrigo, Karla, pelos momentos de descontração, pois também é necessário para nos mantermos saudáveis.

À Deus. Criador de Tudo Que É? Depois da chegada das crianças aprendi a rezar mais, e a recorrer a Ele quando tudo parece não ter solução. As coisas acontecem na hora certa.

À Capes, pelo auxílio financeiro.

Ao grupo de pesquisa Infância, Sociedade e Cultura (CRIAS), pela maravilhosa troca de conhecimento e debates. Adentrei ao universo da “infância” através de vocês, e cada membro do grupo contribuiu para minha formação.

Ao Professor Roberto Verás e à Professora Maria de Fátima Pereira Alberto por aceitarem novamente o convite, agora para composição da banca examinadora, contribuindo com este trabalho através de suas críticas, elogios e sugestões.

Ao Fred, secretário do PPGS. Sempre tirando minhas dúvidas e me direcionando em relação aos prazos e processos.

À todos os feirantes do Mercado Central. As crianças e aos adolescentes que ali frequentam. Sem a disponibilidade de vocês essa pesquisa não teria acontecido.

E por último, mas não por acaso, à minha orientadora Flávia. Eu não sei nem por onde começar a agradecer e nem quais palavras usar. Quanta paciência com uma orientanda que teve dois eventos mais importantes na vida de uma pessoa, que é o nascimento de uma criança, durante o mestrado. E que além das limitações físicas, do corpo, mexe também com a nossa cabeça. Obrigada por me incentivar e por me acalmar quando eu estava agoniada com os prazos. Essa dissertação é minha terceira filha, mas essa você me ajudou a gestar!

RESUMO

Essa pesquisa tem como objeto de estudo a percepção do trabalho infantil e do trabalho familiar para os adultos, para as crianças e para os adolescentes do Mercado Central de João Pessoa. Os dados apresentados advêm de métodos qualitativos de pesquisa, resultantes da observação participante no campo, durante os meses de agosto de 2017 a fevereiro de 2018. Durante o desenvolvimento da pesquisa evidenciou-se de forma significativa o trabalho infantil como forma de “ajuda”, quando relacionado ao contexto familiar. Esse fato justificou-se pelo papel que o trabalho assume não apenas na socialização das crianças e dos adolescentes, mas funciona como instrumento formativo do caráter desses sujeitos ao estar relacionado à valores como dignidade, respeito e disciplina, legitimado pela ideologia e pela cultura do trabalho. Veremos, que mesmo com frequência escolar e fazendo parte de algum programa de transferência direta de renda, as crianças e adolescentes continuam frequentando a feira junto aos seus pais, no contraturno escolar. Por isso, objetivou-se compreender os processos que levam a persistência desse tipo de trabalho, que vai além de questões econômicas, sendo fundamental observar a percepção que os adultos, as crianças e os adolescentes têm a respeito sobre o trabalho na feira.

Palavras-Chave: infância, trabalho infantil, trabalho familiar, feira, mercado público, João Pessoa

ABSTRACT

This research aims at studying how adults, children and adolescents perceive the child and family labor at the *Mercado Central* (Central Public Market), in the city of João Pessoa, State of Paraíba. Data came from qualitative research methods, and resulted from participant observation in the fieldwork carried out from August 2017 to February 2018. Throughout the research's development, child labor was significantly signaled as a way to “help” the family, when related to the family context. This fact is justified by the role of the labor not only in children and adolescents' socialization, but also in its function as a formative means of those individuals' character. The labor is related to dignity, respect and discipline, and it is legitimized by the ideology and the working culture. Children and adolescents continue to attend that market with their parents outside the school hours, even attending to school and being part of a direct income transfer program. Therefore, the main goal of the research was to understand the processes responsible for maintaining this kind of activity, which go beyond economic issues. It is fundamental to observe the perception of adults, children and adolescents on their labor at that public market.

Keywords: childhood, child labor, family labor, fair, public market, João Pessoa

LISTA DE SIGLAS

ABPM	Associação dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Adolescência
ANCED	Fundação Nacional dos Centros de Defesa
ANDI	Agência de Notícias do Direito da Infância
ARISE	Programa Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte à Educação
CECRIA	Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ECA	Estatuto de Criança e do Adolescente
FNCA	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente
FNPeti	Forúm Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNMMR	Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua
MPT	Ministério Público do Trabalho
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor

SDH/PR	Secretaria de Desenvolvimento Humano da Presidência da República
SEDURB	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SIPIA	Sistema de Informações para a Infância e Adolescência
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: TRABALHO INFANTIL E INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA	20
1.1 TRABALHO, CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA E MARCOS LEGAIS DE PROTEÇÃO.....	20
1.2 TRABALHO INFANTIL NA PARAÍBA: DADOS ESTATÍSTICOS OFICIAIS ..	31
1.3 TRABALHO INFANTIL OU AJUDA? PRESENÇA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TRABALHO FAMILIAR	36
CAPÍTULO 2: O MERCADO CENTRAL E A VIVÊNCIA DE INFÂNCIAS.....	42
2.1 DELIMITANDO A ÁREA DE ESTUDO	42
2.2 INFÂNCIA E MEMÓRIA: EXPERIÊNCIA DE QUEM CRESCER NO MERCADO	52
2.3 A FEIRA COMO ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO DE LAÇOS GERACIONAIS ..	57
CAPÍTULO 3: A PERCEPÇÃO DO TRABALHO DE FEIRANTE NO MERCADO CENTRAL	67
3.1 PERCEPÇÃO A PARTIR DA VISÃO DOS ADULTOS	67
3.2 PERCEPÇÃO A PARTIR DA VISÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	74
3.3 AUSÊNCIAS DO ESTADO E IDEOLOGIA DO TRABALHO	86
CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

O emprego do trabalho de crianças e adolescentes ainda é algo bastante recorrente na realidade brasileira, mesmo com o Brasil sendo signatário de importantes tratados internacionais, cujo objetivo é a erradicação da exploração do trabalho infantil, como as Convenções de nº 138¹ e nº 182² da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como também a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Porém, a constituição de políticas públicas e marcos institucionais legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é algo recente, uma vez que a preocupação com a existência do trabalho infantil nem sempre permeou os debates no campo político e na sociedade como um todo. Por muito tempo, a infância e a adolescência não eram vistas como período importante e fundamental para o desenvolvimento humano, o que levou ao uso indiscriminado da mão-de-obra desses sujeitos.

Embora existam condicionantes econômicos e sociais que são fatores que interferem diretamente na existência e na persistência do trabalho infantil, existem outros fatores relacionados à “cultura do trabalho”, no qual direciona para as classes populares e trabalhadoras a ideia da “educação pelo trabalho”. Nesse sentido, Rizzini (2013) afirma:

O trabalho da criança e do adolescente das classes populares é visto em nossa sociedade como um mecanismo disciplinador, capaz de afastá-los das companhias maléficas e dos perigos da rua. A “escola do trabalho” é percebida como a verdadeira “escola da vida” [...] (RIZZINI, 2013, p. 389).

Para refletir sobre a persistência do trabalho infantil no contexto brasileiro, mesmo com todo um aparato institucional e normativo que busca sua erradicação, se faz necessário perceber que o próprio conceito de “criança” e de “infância” é também recente. Até então a criança não era poupada do trabalho, até porque não existia a noção de criança e do “ser infantil” como período especial do desenvolvimento humano.

Àries (1981) aponta que é no século XVIII com o Iluminismo que começam ocorrer transformações na organização das famílias e a criança começa a sair do anonimato, pois até então eram tidas como “adultos em miniatura” e sua formação se dava misturada aos adultos, incorporando também o trabalho destes. No entanto, conforme foi se consolidando a ideia de criança, é importante ressaltar que o tratamento não era homogêneo para todas, uma vez que

¹ Estipula a idade mínima para o trabalho.

² Lista as piores formas de trabalho infantil.

existiam diferenças étnicas e sociais entre elas e o trabalho sempre esteve presente na vida das crianças escravas e pobres.

Sendo assim, a existência do trabalho infantil é algo que existe desde a Antiguidade. Porém, a exploração desse tipo de mão-de-obra começou a ganhar destaque com o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade industrial, mas ao mesmo tempo, o uso demasiado de castigos físicos, jornadas intensas de trabalho e baixos salários fez com que se gerassem as primeiras inquietações sobre a condição da criança trabalhadora, e as reivindicações da classe operária incluía em suas pautas a questão da exploração do trabalho infantil.

O Brasil seguiu o movimento internacional no que concerne a mudança no tratamento dado às crianças e aos adolescentes, caminhando para o amadurecimento de instrumentos protetivos para esses sujeitos, como o Código de Menores de 1927 e de 1979. Os anos de 1980 são marcados pelos movimentos em prol da redemocratização, a pauta da infância e da adolescência ganha maior visibilidade, fazendo parte de projetos políticos e da agenda nacional, sendo garantidos pela Constituição de 1988 e na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Embora sejam inegáveis os avanços no campo da proteção e da promoção à infância e à adolescência, os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam em 2016, no Brasil, o trabalho infantil atingiu aproximadamente 1,8 milhões de crianças e adolescentes, nas quais mais da metade 54,4% (998 mil) crianças estavam trabalhando em situação irregular e que nos últimos dois anos pelo menos 80 mil crianças e adolescentes em todo o Estado da Paraíba são afetados pelo trabalho infantil. Nesse caso, no período referente aos anos de 2015 e 2016 crianças e adolescentes na faixa dos 5 aos 17 anos de idade trabalham em atividades domésticas e principalmente na agricultura. Muitas das famílias desses jovens fazem parte de algum programa de transferência direta de renda, o que leva a questionar a eficácia desses programas e ao mesmo tempo refletir sobre a suposta inevitável relação entre trabalho infantil pobreza e pela ausência de políticas públicas. Torres (2011) faz pertinente observação:

Assim, o valor econômico é uma das questões pelas quais as crianças trabalham. É ele que a priori justifica o uso da mão de obra infantil, entretanto, [...] a cultura do trabalho é uma das justificativas para o uso do trabalho de crianças e adolescentes. Contudo, as justificativas para o uso da mão de obra infantil são ideias incutidas no imaginário social, ao longo das sociedades capitalistas, em que o trabalho é

apresentado como melhor que a rua, fazendo com que essa prática seja vista como parte dos códigos morais específicos das famílias populares (TORRES, 2011, pág. 80)

A realidade do trabalho infantil apresenta várias dicotomias, uma vez que a concepção de trabalho durante o período da infância e adolescência evidencia uma das muitas contradições que o modelo de criança moderna fez surgir. Entende-se por trabalho infantil o trabalho realizado por crianças e adolescentes, onde a idade mínima para ingresso em atividades produtivas varia de acordo com a legislação de cada país. No caso do Brasil, é considerado trabalho infantil aquele realizado por crianças ou adolescentes com idade inferior a dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, quando a idade permitida é de quatorze anos.

Alguns autores como Schneider (2005) e Kassouf (2007) apontam para a necessidade de analisar os dados estatísticos oficiais com cautela, uma vez que esses valores podem ser subestimados ou superestimados:

Além de problemas de subestimação, existe também o de superestimação, que ocorre ao se considerar como trabalhador aquele que exerce atividades por uma hora ou mais na semana. Com essa definição, são consideradas economicamente ativas muitas crianças que trabalham ainda que um número reduzido de horas por semana, o que acaba nivelando o trabalho de risco exercido por menores durante longas jornadas, como o corte da cana-de-açúcar ou sisal, com uma simples ordenha de leite ou coleta de ovos na fazenda por alguns minutos por dia. Diante disso, a OIT diferencia o trabalho de menores e denomina de "child laborer" todas as crianças com menos de 12 anos exercendo qualquer trabalho e todas as de 12 a 14 anos que trabalham em atividades que não são de risco por 14 horas ou mais na semana ou uma hora ou mais na semana quando a atividade é de risco. (KASSOUF, 2007, pág. 328).

Ao analisar o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), lançado em 2004, Schneider (2005) compreende que o trabalho das crianças nos espaços de unidades de produção familiar pode ser entendido a partir de seu caráter pedagógico e formativo, e como acrescenta Marin *et al* (2012) *é a “razão pela qual pode assumir o sentido e significado de uma ajuda à família.”*

Nesses termos, o presente estudo se desenvolveu a partir da observação da existência do trabalho de crianças e de adolescentes no Mercado Central de João Pessoa e para compreender os processos que levam a persistência do trabalho infantil nos mercados

públicos e feiras livres, foi pertinente investigar as causas e as condições em que se encontram as crianças e os adolescentes do Mercado, tendo como foco principal pensar a dinâmica do trabalho transmitida, adquirida e perpetuada por gerações ao mesmo tempo em que se escuta o que esses jovens têm a dizer sobre as suas realidades. A escolha desse local se dá uma vez que esse mercado é um espaço de integração social e cultural, corroborando para o encontro de gerações através de agentes de várias idades, ao mesmo tempo em que nos fala muito sobre a história da cidade de João Pessoa. Muita dessa história se mistura às histórias de vida dos próprios feirantes e de seus filhos, bem como também as das gerações passadas. Assim, como demonstra Vargas (2001), a trajetória histórica dos mercados está diretamente relacionada com o a história de consolidação das cidades.

Mattos (2002) aponta que além do dia-a-dia, da rotina, acompanhar o cotidiano de determinados sujeitos nos leva a descobrir um universo de questões relacionadas à resistência, à integração e à transformação. Nesse caso, conhecer os feirantes mais antigos se torna pertinente para compreender a realidade dos mais jovens, uma vez que:

Restaurar as tramas de vidas que estavam encobertas, procurar no fundo da história figuras ocultas, recobrar o pulsar no cotidiano, recuperar sua ambigüidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, desfiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, fugindo dos dualismos e polaridades e questionamentos as dicotomias. Ao recuperar o processo histórico, pretende suas mudanças e permanências, descontinuidades e fragmentação, as amplas articulações, as infinitas possibilidades dessa trama multidimensional, que se compõem e recompõem continuamente. (MATTOS, 2002, pág.27).

A cidade, por sua vez, se apresenta em sua multiplicidade de acontecimentos, evidenciando muitas tensões urbanas dentre os mais variados atores nela encontrados, da onde se destaca a importância da noção de territorialidade ao identificar o espaço a partir de experiências individuais e coletivas. “A rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, experiências e memórias” (MATTOS, 2002). Nesse caso, pensar a infância dentro do contexto urbano através na ótica do trabalho das crianças e adolescentes se mostra pertinente, na qual o Mercado Central de João Pessoa é apresentado como um rico espaço para as reflexões desenvolvidas durante a pesquisa de campo.

Nesses termos, os mercados públicos e feiras livres fazem parte das histórias e memórias da cidade, e se constituem como espaços de interação entre diversos atores das mais variadas classes, idades e etnias, sendo acessível a toda população. Mesmo com a

inovação e conforto trazidos por estabelecimentos constituídos de formas mais modernas de armazenamento e de comercialização, além da higiene, os mercados públicos e feiras livres ainda são uma opção para quem procura preço baixo e variedades de produtos. Nesses locais se encontram produtores rurais e agentes de intermediação que comercializam seus produtos aos consumidores, logo, nos mercados públicos e feiras livres encontramos famílias de agricultores, pessoas idosas que ali cresceram quando acompanhavam seus pais na venda dos produtos, bem como a presença de crianças e adolescentes que brincam, auxiliam e que trabalham na venda de frutas e verduras.

Representando umas das mais antigas e resistentes modalidades de comércio de frutas, legumes, grãos e carnes, os mercados públicos e feiras livres vêm perpetuando sua existência ao longo da história das cidades brasileiras como a forma de sobrevivência para muitas famílias pobres e de baixa renda. No caso do Mercado Central de João Pessoa, alguns feirantes estão vinculados às cooperativas de agricultores rurais, estando cadastrados na prefeitura para o exercício da atividade. Por outro lado, existe a presença de famílias que trabalham na informalidade e sem a garantia de direitos. Em ambos os casos, o trabalho dos feirantes muitas vezes se desenvolve a partir da cooperação e apoio de membros da família. Por isso, é comum encontrarmos várias gerações trabalhando juntas, e a presença de crianças e adolescentes é evidente.

O objetivo do trabalho de campo foi ter acesso às famílias de feirantes que trabalham no Mercado Central de João Pessoa para que se pudesse conhecer a realidade desses sujeitos, bem como compreender os processos que levam crianças e adolescentes a acompanharem seus pais e trabalharem na feira, perpetuando a dinâmica laboral dentro da ordem familiar, ao mesmo tempo em que relacionamos essa realidade aos mecanismos de proteção à criança e ao adolescente, evidenciando dilemas que dizem respeito à autonomia ou à participação social da criança e a sua proteção e provisão, como previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tais demandas foram evidenciadas pelo próprio campo iniciado em agosto de 2017 e findado em fevereiro de 2018 nas quais incidiam inquietações e questionamentos concernentes ao trabalho infantil e ao trabalho familiar, tópicos importantes para discussão dentro do âmbito das Ciências Sociais, principalmente no que toca aos estudos da infância e à sociologia do trabalho, bem como os mecanismos reguladores e institucionais de proteção à infância. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com o

Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 ficou evidente o reconhecimento desses sujeitos e a importância de resguardar e garantir seus direitos, uma vez que ganharam a condição especial de “pessoas em desenvolvimento”³.

Nesse caso, o modelo moderno de infância é percebido como um período voltado para o aprendizado escolar e de preparo para a vida adulta e para o mundo do trabalho através da profissionalização, ficando proibida qualquer forma de trabalho a menores de 14 anos. Foram definidas as condições em que aprendizes e jovens a partir dos 16 podem trabalhar, uma vez que essa ocupação seja compatível com a frequência escolar e não prejudique o desempenho nos estudos. Assim o sistema escolar acaba por produzir uma noção de infância universal e hegemônica, evidenciada nos mecanismos de ensino-aprendizagem e um currículo oficial. Nessa dissertação vamos pensar as configurações familiares e outras concepções de infância que fogem ao estatuto jurídico.

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos foi o método histórico⁴ com abordagem qualitativa e observação participante, sendo o campo empírico o setor de hortifrutigranjeiros do Mercado Central. Não houve a aplicação de questionários semiestruturados, pois percebi que as conversas rotineiras e informais durante o acompanhamento diário dos trabalhos dos feirantes os deixavam mais “à vontade” com a pesquisadora. Ainda sim, alguns informantes no início da pesquisa não quiseram fazer parte da amostragem. Por isso, prezei por àqueles que se mostraram disponíveis e dispostos a compartilhar da minha presença durante os dias de trabalho na feira, transformando-se em meus informantes fixos, cuja amostragem foi de 13 feirantes que têm filhos, e que em algum momento da semana levavam seus filhos para o Mercado Central no contraturno da escola. No que concerne aos adolescentes, 5 deles permitiram o acompanhamento diário em seus trabalhos, porém ao longo do campo percebi que eles não iam todos os dias também, alegando estudo e outros “bicos”

³ Um dos princípios basilares de proteção à Criança e ao Adolescente, embasado na CF/88 e no ECA/90.

⁴ Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 106-107).

Destarte, é discutida, no primeiro capítulo, a construção social da infância, levando em consideração as transformações ocorridas dentro das famílias e na sociedade como um todo, buscando perceber que a noção que temos hoje em torno da infância advém do desenvolvimento da sociedade urbano-industrial capitalista e da modernidade. Veremos que o trabalho sempre esteve presente da vida das crianças por serem equiparada aos adultos, principalmente para as crianças de classes populares. Porém, os crescentes abusos cometidos contra os pequenos trabalhadores geraram demandas dentro do próprio movimento operário, levando a criação de mecanismos normatizadores em torno do trabalho infantil, bem como o desenvolvimento de instrumentos de proteção à infância e à adolescência. O segundo tópico é dedicado aos dados estatísticos oficiais tanto a nível nacional, quanto a nível específico do contexto do Estado da Paraíba, se fazendo necessários para refletir sobre o trabalho infantil que vem disfarçado pela “ajuda”, muito praticado em contexto de trabalho familiar.

O segundo capítulo se inicia com a delimitação do espaço estudado, bem como a localização espacial das crianças e dos adolescentes dentro do Mercado Central. No primeiro tópico desse capítulo trago os dados históricos relativos à criação do Mercado e sua importância na cidade de João Pessoa, assim como seu projeto de revitalização. Também é apontado, de forma breve, o desenvolvimento dos mercados e feiras livres de forma geral, diferenciando uma categoria da outra. Na segunda parte desse capítulo é observado que muitos dos feirantes mais antigos são filhos de feirantes e iam desde cedo, na infância e na adolescência, acompanhar e ajudar seus pais em seu trabalho na feira. A partir daí nas falas desses feirantes as memórias e as lembranças por eles relatadas se mostraram um dado pertinente para compreender também a infância atual das crianças que acompanham seus pais na feira. O encerramento do capítulo é feito com a percepção da feira como um espaço de preservação de laços geracionais para os feirantes mais antigos, quando a partir do momento que relembra de suas infâncias e de seus pais também feirantes, além de considerarem a profissão e os valores trazidos com ela através do trabalho a herança que eles deixam para os seus filhos. Para os feirantes mais novos, principalmente os adolescentes, o trabalho na feira se mostra como uma transição para algo melhor no futuro.

No terceiro capítulo busca-se trazer as falas dos feirantes e a percepção que eles têm sobre o trabalho de forma geral e o trabalho de feirante no mercado central. No primeiro tópico é dedicado a mostrar a fala dos feirantes adultos e mais antigos, o olhar que eles têm sobre o trabalho deles e dos mais jovens. Vamos ver que o trabalho está relacionado à

dignidade, ao respeito e à disciplina, e como os adultos falam com muita propriedade sobre crianças e adolescentes pelo simples fato de já terem sido crianças e adolescentes. Já no segundo, a partir das falas das crianças, observo a partir de suas falas, a imitação como processo de aprendizagem, e a importância de reconhecimento dentro da família. Para muitas estar na feira é mais “divertido” do que estar na escola, dentro de uma sala de aula, pois só pode ficar “como quer” na hora do recreio. Nas falas dos adolescentes, se evidenciou a necessidade de ser afirmar como “pessoa honrada”, de “não ser vagabundo”, bem como já a necessidade de assumir certas responsabilidades em casa, e já assumir os gastos com suas necessidades, sejam elas relacionadas à sobrevivência ou apenas ao lazer. Nesse sentido, vemos que tanto para os feirantes adultos quanto para os próprios adolescentes a partir dos 15 anos, as tarefas e responsabilidades assumidas por eles assemelham-se das de um adulto.

Para findar o trabalho, veremos que no caso da sociedade moderna e capitalista o trabalho ganhou conotações pejorativas, onde na ótica do adulto se traduz como uma atividade não prazerosa na qual são obrigados a realizar para garantir sua existência material. Heywood (2004) mostra que a ideia de trabalho infantil é uma noção moderna ao destacar que em sociedades agrícolas era comum que as crianças assumissem tarefas de acordo com suas capacidades físicas e cognitivas. Entre os 5 e os 7 anos de idade, já acompanhavam seus pais e realizavam atividades junto aos seus familiares, contribuindo para a sobrevivência da família e para a sua formação. Pires (2012) aponta que o trabalho realizado por crianças podem lhes proporcionar reconhecimento, aumento na autoestima e sentimento de competência.

Porém, nas sociedades capitalistas prevalece o modelo de trabalho fora do ambiente familiar e sem a presença ou acompanhamento dos pais, o que abre espaço para a exploração da mão-de obra-infantil. Sartori (2006) analisa o trabalho infantil da seguinte forma:

O trabalho realizado por crianças deve ser analisado como ocorrências registradas de um continuum: em uma das extremidades é destrutivo, ou envolve exploração, na outra é benéfico, promovendo ou contribuindo para o desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social da criança, sem interferir em sua educação escolar, sua recreação e seu descanso. (SARTORI, 2006, pag. 255).

Nesse aspecto, Sartori (2006) demonstra que o trabalho infantil, quando não explora, contribui para o aprimoramento e disciplina dos sujeitos em desenvolvimento. A pesquisa de campo mostrou que os pais feirantes que levam seus filhos pequenos para a feira no Mercado

Central, justificam a atividade como mecanismo de aquisição de valores como disciplina, respeito e dignidade. Levar seus filhos para feira se apresenta como forma de socialização das crianças, na qual o trabalho é visto com muita naturalidade pelos pais e pelas próprias crianças. Essa naturalização é explicada através da ideologia e da cultura do trabalho como capaz de promover a honra, a dignidade e o respeito, principalmente quando disseminada entre as camadas populares, e que esconde as ausências do próprio Estado e perpetua a pobreza através de contextos e práticas que atravessam gerações.

Assim, nas considerações finais busco sintetizar as principais conclusões relativas ao trabalho infantil e ao trabalho familiar, mostrando como o trabalho está presente desde cedo na vida de crianças e de adolescentes de origens mais humildes e está relacionado a valores como disciplina, à dignidade e ao respeito, sendo fundamento para a formação do caráter dos jovens. Finalizo alertando que esses dados em nada devem emudecer a busca por melhores situações de vida para essas crianças e seus familiares. Pelo contrário, o texto visa trazer à luz o cotidiano de meninas e meninos que diariamente trabalham no Mercado Público de João Pessoa. O entendimento sobre o trabalho das crianças que têm os adultos é fruto de uma série de limitações de acesso à direitos como a educação, saúde, habitação e renda por parte de uma geração de adultos, como veremos ao lado dessa dissertação.

1 TRABALHO INFANTIL E INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA

1.1 TRABALHO, CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA E MARCOS LEGAIS DE PROTEÇÃO

O conceito e a concepção de infância que se tem atualmente, incluído sua relação com trabalho, é fruto da transformação da história das sociedades, onde a preocupação e a atenção em torno da criança é produto de contextos sociais, culturais e econômicos em períodos e épocas específicas. Nesse sentido, o conceito de infância não permaneceu estável e os significados dados à infância são parte de um processo de construção social do ser criança. Bujes (2000) ao pensar infância e poder aponta que cada época corresponde a modelos hegemônicos, representado por interesses do Estado, da Igreja e da sociedade civil.

Ao reconhecer que o conceito de infância é algo socialmente construído e advém com a Modernidade, a ideia de sujeitos economicamente dependentes, frágeis e direcionados para o brincar não passa de uma visão hegemônica da sociedade moderna em torno da criança. Kramer (2006) argumenta que a ideia de infância não existiu sempre da mesma maneira, pois essa noção surgiu com a sociedade capitalista urbana-industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na comunidade.

É a partir dos séculos XVII e XVIII com o Iluminismo e com a vontade de rompimento com modelos religiosos de explicação do mundo na Idade Média⁵, que se olha mais atentamente para a infância. Esse período marca também as pequenas transformações ocorridas no interior das famílias, o nascimento de novos valores como o desejo de privacidade, de intimidade doméstica e do “sentimento de família”. Até então, a vida em família era compartilhada em público, o que conhecemos hoje por vida social ou por sociabilidade, onde a relação com as crianças e dos membros conjugais se diluíam nesse meio:

⁵ Nesse período, conforme Andrade (2010), as crianças pequenas não tinham função social antes de poderem começar a trabalhar, época no qual eram altas as taxas de mortalidade infantil. As crianças advindas de famílias pobres assim que cresciam eram logo inseridas no mundo do trabalho, sem qualquer diferenciação dos adultos; as crianças ricas eram educadas para a vida adulta, ambas vistas como adultos em miniatura.

As trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas, portanto para fora da família, num “meio” muito denso e quente, composto de vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens, em que a inclinação podia se manifestar mais livremente. As famílias conjugais se diluíam nesse meio. Os historiadores franceses chamariam hoje de “sociabilidade” essa propensão das comunidades tradicionais aos encontros, às visitas, às festas. (LAFFITTE, 1981, pág. 11)

Dornelles (2005) aponta para o filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau como responsável pelo amadurecimento da noção da criança como uma etapa que dá origem ao adulto, fazendo surgir a ideia de sujeitos infantis e a necessidade de educação destes, pensando a natureza desses sujeitos a partir de suas especificidades e não mais como um adulto em miniatura. Moreira & Vasconcelos (2003) destacam que ainda no século XVIII, com a consolidação do capitalismo, há a separação da esfera pública e da esfera privada. A família passa a ter responsabilidade pela sobrevivência da criança e à mulher cabe o nascimento do “amor materno”, assim “*um novo sentimento destinado à infância, contrário a paparicação, pautado pelos ideais moralistas, fará da infância objeto de estudo, instrução e escolarização*” (ANDRADE, 2010, pág. 51). Ao Estado fica a responsabilidade da administração das relações de produção e da esfera pública.

A constituição da escola é responsável pela separação das crianças dos adultos, substituindo a aprendizagem como meio de educação:

Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância em numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. (LAFFITTE, 1981, pág. 11)

Para Moreira & Vasconcelos (2003) a escola passou a ser a instituição fundamental da sociedade, e a infância como uma fase dotada de diferenças, sendo então institucionalizada. Ariès (1981) aponta que esses processos de mudança em relação à educação é fruto de um amplo movimento de moralização promovido por reformadores católicos e protestantes, ligados às leis e ao Estado, além da Igreja:

A aprendizagem tradicional foi substituída pela escola, uma escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela política. O extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII foi uma consequência dessa preocupação nova dos pais com a educação das crianças. (...) A família e a

escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato (ARIÈS, 1981, pág. 227)

A passagem da Idade Média para o Período Moderno sinaliza um período de grande importância no que concerne à evolução dos temas relacionados à infância. Ariès (1981) salienta que nas artes e nas pinturas as crianças começam a ser retratadas sozinhas, além de serem direcionados estudos específicos na área da psicologia infantil. Tais estudos buscavam melhor compreensão dos processos de cognição e aprendizagem por parte da criança, tendo em vista o aprimoramento dos métodos de ensino e educação. As vestimentas mais adequadas para as crianças sofreram mudanças e foi somente no final do século XVIII “que os trajes das crianças se tornaram mais leves, mais folgados e as deixassem mais a vontade” (ARIÈS, 1981, pág. 33).

Postman (2011) destaca que durante o século XVIII a autoridade dos pais sobre as crianças se modicou e coube também ao Estado o interesse pela educação. Sarmiento (2007) faz pertinente consideração:

Os séculos XVII e XVIII, que assistem a essas mudanças profundas na sociedade, constituem o período histórico em que a moderna ideia da infância se cristaliza definitivamente, assumindo um carácter distintivo e constituindo-se como referenciadora de um grupo humano que não se caracteriza pela imperfeição, incompletude ou miniaturização do adulto, mas por uma fase própria do desenvolvimento humano (SARMENTO, 2007, p.28)

Nesse sentido, podemos compreender que o surgimento das instituições de educação relaciona-se com o surgimento da escola e do pensamento moderno. No caso do contexto brasileiro a trajetória da criança não pode ser pensada fora do quadro de mudanças sociais e históricas, principalmente pela pertinência em considerar fatores como pertencimento a uma classe, a um gênero e a um grupo racial, altamente relevante. Gouvêa (2003) compreende que no Brasil as múltiplas vivências de infância e seu processo de aprendizagem para a passagem para a vida adulta se deram historicamente a partir de seu pertencimento social e racial. Ao citar como exemplo a criança escravizada, é apontado que essa já exercia seu aprendizado para a vida adulta através do trabalho, iniciado aos seis ou sete anos de idade. No caso dos meninos de classes nobres, essas tinham sua formação em colégios para na vida

adulta fazer o “exercício do mando”. Em um recorte mais de gênero, as meninas brancas e da elite tinham seu aprendizado mais restrito, tendo em vista a aquisição de saberes e de modos considerados femininos.

Com a presença de jesuítas no país, se tem, como aponta Andrade (2010), a configuração de infâncias distintas, no qual são direcionados projetos educativos distintos. Salienta-se que para os jesuítas um desses projetos foi destinada a infância como momento de salvação e iluminação, onde no caso das crianças nativas, significou com violento processo de aculturação. Logo, a questão da classe, raça e gênero constituem fatores determinantes para as mais variadas formas de vivência do universo infantil, não existindo *“portanto, a infância enquanto categoria universal, e nem a infância no singular, mas diferentes vivências do ser criança em uma mesma cultura”* (GOUVÊA, 2003, pág. 33).

Assim como a ideia de infância é uma construção tipicamente da sociedade moderna, Heywood (2004) aponta que a noção de exploração do trabalho infantil é produto também do período Moderno. Nas sociedades agrícolas era comum que as crianças assumissem tarefas de acordo com sua capacidade, onde esses trabalhos eram realizados na companhia dos pais. Logo, por volta dos 5 ou 6 anos de idade já eram iniciadas no trabalho com a terra ou nos ateliês. Nesse contexto, a presença das crianças no trabalho era fundamental para a sobrevivência da família como também era pertinente para a formação das próprias crianças, pois assim já apreendiam uma profissão futura.

A maioria das tarefas feitas pelas crianças em contextos pré-industriais exigia pouco esforço e seriam casuais, relacionando essas atividades à ajuda aos adultos em seus afazeres. Qvortrup (2011) pontua:

Para além das formas de exploração laborial então existentes, parece haver concordância geral de que crianças e trabalho eram fenômenos conciliáveis nas sociedades pré-industriais. Nelas, os seres infantis eram unanimemente celebrados como membros úteis. Suas atividades podiam assumir várias formas, a depender do modo de produção, mas eram semelhantes no sentido de que, independentemente do lugar onde se desenvolviam, eram úteis ou funcionais à sociedade ou à cultura em que eram desenvolvidas. (QVORTRUP, 2011, pág: 326 e 327)

Com a Revolução Industrial houve um aumento do uso da mão-de-obra infantil, as fábricas intensificaram os abusos contra as crianças e como consequência se deu maior precariedade das condições de trabalho. Thompson (1987) afirma que nesse período na Europa, haviam interesses maiores que dificultavam o impedimento do uso do trabalho

infantil, pois a manutenção de uma criança era mais viável pelos baixos salários, pela docilidade dos sujeitos infantis e na crença disseminada na sociedade de que o trabalho era uma forma de afastar as crianças e jovens dos perigos da rua e da marginalidade.

Heywood (2004) descreve o ambiente insalubre, as grandes jornadas de trabalho que chegavam a 16 horas e os castigos físicos que as crianças eram submetidas como forma de disciplina. Essas formas de tratamento violento aos trabalhadores infantis, praticado dentro das fábricas começaram a ser alvo de discussões, pois repercutia na saúde dos futuros trabalhadores quando adultos. Cabe salientar que nesse período discutiam-se também melhores condições de trabalho para todos os trabalhadores em geral, e consequentemente a pauta da exploração todo trabalho infantil entrou em debate. Ainda assim, é apontado que nesse período as próprias crianças viam no trabalho como forma de fugir da pobreza.

As discussões voltadas para as condições das crianças nas fábricas juntaram-se as novas concepções de Rousseau, fazendo emergir campanhas cujo intuito era a retirada de crianças do trabalho e garantir acesso à educação. A maioria das leis relacionadas ao uso do trabalho infantil acabou apenas por amenizar e regulamentar o uso da mão-de-obra infantil, ainda que, com o crescimento da sociedade urbana-industrial, houvesse maior necessidade da mão-de-obra especializada e escolarizada, o que não foi suficiente para a extinção do trabalho infantil, principalmente no que concerne às crianças e aos jovens de camadas mais populares.

Andrade (2010) destaca que, no século XIX, o desenvolvimento científico nos campos da Psicologia e da Pedagogia contribuiu para a construção de representações sociais da criança, cujo intuito era a constituição de práticas normativas específicas para seu desenvolvimento e atendimento. Já no século XX o discurso predominante em torno na criança atribuiu a essas a condição de sujeitos de direitos com base na elaboração de dispositivos legais e documentos internacionais como a Declaração de Genebra (1923), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção dos Direitos da Criança (1989), além da criação de entidades em prol da promoção e da assistência à infância como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO):

Os movimentos em busca de melhores condições de trabalho resultaram na intervenção do Estado, principalmente na limitação de horas da jornada de trabalho

e proibição do labor de crianças em locais insalubres. As convenções são importantíssimas para o entendimento da defesa dos direitos humanos de crianças, e também para o próprio surgimento da ideia de interesses metaindividuais, com tutela de benefícios sociais. (SILVA, 1998, pág. 35)

No Brasil as ações relativas à promoção e à defesa dos direitos das crianças e do adolescente são marcadas por um caráter assistencialista, corretivo e repressivo, além de enquadrar esses sujeitos dentro de um padrão de normalidade. Rizzini (2009) destaca que no caso específico das políticas dirigidas à infância, prevalecidas no Brasil até o presente, foram idealizadas pela necessidade de controle da população pobre, vista como perigosa. *“Manteve-se, pois, o abismo infranqueável entre infâncias privilegiadas e os menores marginalizados”*. (RIZZINI, 2009, pág. 16).

Com a predominância da moral cristã, ainda no século XVIII, os filhos nascidos fora do casamento não eram aceitos, e conseqüentemente estavam destinados ao abandono, assim como a própria pobreza, que facilitava tal prática. A Roda ou Casa dos Expostos foi um sistema implantado pela Santa Casa de Misericórdia e através de um cilindro giratório permitia que se colocasse a criança para dentro da instituição sem que houvesse a necessidade de identificação de qualquer pessoa, com vistas a esconder a origem da criança e preservar a honra das famílias.

Em todos os locais em que existiu, a Roda dos Expostos foi sempre muito discutida. Acreditava-se que o anonimato dos pais enjeitado propiciava a licenciosidade e a irresponsabilidade pelo fruto de seus prazeres. O abandono da criança acabava sendo considerado como resultante da existência da Roda, quando esta procurou, muitas vezes sem êxito, salvar a vida de recém-nascidos cujo abandono era feito dos adros das igrejas ou no beiral das portas, muito antes de as Rodas terem sido criadas. (LEITE, 1996, pág. 99)

Nesse caso, Roda dos Expostos foi um mecanismo trazido da Europa para o Brasil no século XVIII. Assim como já colocado, os governantes a criaram com o objetivo de salvar os bebês abandonados. Quando as crianças tinham aproximadamente 7 anos de idade eram encaminhadas para trabalhos produtivos, ou seja, era comum que essas crianças fossem utilizadas para o trabalho desde pequenas. Nesse sentido, essa instituição *“foi umas das iniciativas sociais de orientar a população pobre no sentido de transformá-la em classe trabalhadora e afastá-la da perigosa camada envolvida na prostituição e na vadiagem”*. (LEITE, 1996, pág. 89).

Cury (1998) coloca que antes da promulgação da Constituição de 1988, a questão relativa à infância limitava-se ao amparo e assistência. Andrade (2010) nos lembra que as duas primeiras constituições brasileiras, de 1824 e 1891, respectivamente, nem sequer mencionavam pontos concernentes à infância. O início do século XX marca um período de transformações políticas e econômicas com a passagem para Primeira República, fazendo surgir demandas relativas ao papel do Estado no que concerne às questões sociais. Surgem instituições para educação, repressão e assistência às crianças, e cresce a preocupação com a criminalidade juvenil, somados a uma perspectiva higienista e eugenista:

Os higienistas estavam identificados com o movimento filantrópico, que tratava um embate com os representantes da ação caritativa, nas primeiras décadas do século. A filantropia distinguia-se da caridade, pelos seus métodos considerados científicos, por esperar resultados concretos e imediatos, com o bom encaminhamento dos desviantes à vida social, tornando-os cidadãos úteis e independentes da caridade alheia. A noção de prevenção do desvio e recuperação dos degenerados entranhou de tal forma na assistência, que nas décadas seguintes, filantropia e caridade tornaram-se sinônimos. O conflito foi superado por uma acomodação das disparidades, pois ambas tinham o mesmo objetivo: a preservação da ordem social. (RIZZINI, 2009, pág. 22)

É nesse clima que é promulgado em 1927 o primeiro Código de Menores⁶, onde o Estado assume a responsabilidade pela tutela da criança órfã e abandonada, ou seja, pelo menor em situação irregular. Por parte do Poder Judiciário é criado e regulamentado o Juizado de Menores.

No período do Estado Novo, a Constituição de 1937 garante ao Estado o dever de promover cuidado e amparo para com a infância. A Constituição de 1946, defendia a educação como direito de todos e em 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB)⁷. Já na ditadura, a Constituição de 1967 é que “se introduz a noção de que uma lei própria regulamentaria a questão de assistência à infância” (ANDRADE, 2010, pág. 80). Houve a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), com vistas à intervenção e a normalização de ações para que “a crescente massa de menores abandonados não viesse a transformar-se em presa fácil do comunismo e das drogas, associados no empreendimento de desmoralização nacional.”(RIZZINI, 2009, pág. 26). Em 1971 houve a

⁶ Decreto nº 17943-A de 12 de outubro de 1927.

⁷ Lei 4.024/1961

promulgação da segunda Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional que reformula os currículos de 1º e 2º grau, além de reforçar nas empresas a questão da educação dos filhos de seus trabalhadores.

A década de 1980 foi um marco na trajetória dos direitos das crianças brasileiras impulsionado por um período de efervescência política e social com a queda do regime militar e a com constituição de um novo período democrático:

A movimentação internacional em defesa dos direitos da infância, aliada à luta dos movimentos sociais no país, contrapondo-se ao regime militar e pela conquista da democracia, culminou na instauração de um novo campo legal para as políticas de atendimento à infância, em que a criança deixará de ser objeto de tutela para figurar como sujeito de direitos. (ANDRADE, 2010, pág. 88)

A história da atenção à infância, que é anterior a Constituição de 1988, é marcada pelo predomínio de ações assistencialistas, desenvolvidas pelos asilos infantis, creches e pré-escolas. A nova Carta Política legitima as instituições de educação infantil como instituição educativa e de direito das crianças, indo mais além do que concerne à família: um modelo de instituição centrada na criança, oferecendo suporte às mulheres no exercício de sua função materna, desvencilhando da ideia de incapacidade das famílias em educar e manter seus filhos, ou seja, “a creche organiza-se para apoiar o desenvolvimento, promover a aprendizagem, mediar o processo de construção e conhecimentos de habilidades, por parte da criança”. (DIDONET, 2001 apud ANDRADE, 2010, pág. 92). Esse novo projeto político reconhece a criança como cidadã desde o nascimento.

O artigo 227 da Constituição de 1988 elenca uma série de direitos à criança e ao adolescente, legitimando juridicamente sua condição de sujeitos de direitos à proteção integral:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Destarte, a responsabilidade pela questão da infância e da adolescência foi descentralizada e transferida para sociedade civil, cabendo a todos a proteção desses sujeitos contra qualquer forma de abuso.

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é promulgado sob a Lei 8.069/1990, e além de representar os avanços obtidos tanto internacionalmente quanto nacionalmente no campo dos direitos da infância, ele marca também a regulamentação em um sentido amplo do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, consagrando a Doutrina da Proteção Integral.⁸ Diferentemente do Código de Menores, cuja previsão era relativa somente às crianças e aos adolescentes que se encontravam na marginalidade, criminalidade e delinquência, ou que pelo menos estavam propensos ao crime, como os crianças pobres, órfãs e abandonadas, a Constituição de 1988 e o ECA amplia e universaliza a proteção e as garantias de direitos a todas crianças e adolescentes, sem distinção.

Em relação às questões trabalhistas, o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 proíbe expressamente o trabalho noturno, perigoso e insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos; texto expresso também no artigo 403 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); e nos artigos 60 e 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, como o artigo 227 da Constituição de 1988 garante o direito à profissionalização ao adolescente, se faz pertinente observar que ao mesmo tempo em que se protege esse sujeito de qualquer trabalho que seja prejudicial à sua saúde e desenvolvimento, há um entendimento que em um futuro próximo ele deverá ingressar no mundo do trabalho, por isso, o direito à profissionalização garante a aprendizagem de um ofício e a qualificação adequada para o trabalho.

No livro *Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: 20 do Estatuto*, lançado pela Secretaria de Direitos Humanos na Presidência da República (SDH/PR) em 2010 foi traçado uma linha do tempo relativa às datas significativas na história dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes:

Quadro 1: Principais documentos e marcos internacionais e nacionais reguladores da promoção e proteção aos direitos da infância

Ano	Evento
1919	Criação da Save The Children (Primeira instituição internacional de proteção a crianças)

⁸ A proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a ideia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento. (MENDES, 2007)

1920	• Criação da Liga das Nações
1924	• Declaração dos Direitos da Criança
1927	• Promulgação do Código de Menores
1945	• Criação das Nações Unidas (ONU)
1946	• Criação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
1948	• Criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) • Declaração Universal dos Direitos Humanos;
1959	• Declaração dos Direitos da Criança
1964	• Implantação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor e Criação da Funabem
1968	• Criação da Associação de Juízes de Menores do Brasil
1977	• Criação da Pastoral do Menor do Brasil
1978	• Unicef cria o Ano Internacional da Criança
1979	• Promulgação do Novo Código de Menores
1983	• Criação da Pastoral da Criança
1985	• Elaboração das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Justiça Juvenil – Regras de Beijing; • Fundação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)
1988	• Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil; • Criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
1989	• Convenção sobre os Direitos da Criança
1990	• Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente; • Promulgação da Lei Orgânicas da Saúde • Criação da Fundação Abrinq
1991	• Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
1993	• Criação da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente; • Criação do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNCA) – Resolução nº 12 do Conanda; • Criação da Childwatch International Research Network; • Criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição Infantil; Criação da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi)
1994	• Criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FPeti);

	Fundação da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude (ABMP)
1995	Início da Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
1996	- Criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) - Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB);
1997	- Publicação do estudo Criança & Adolescente: Indicadores Sociais pelo IBGE; - Criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos; - Criação do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (Sipia)
1999	- Fundação da Associação Nacional dos Centros de Defesa (Anced) - Formação da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil - Fundação do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria)
2000	- Lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil; - Lançamento mundial dos Objetivos do Milênio; - Aprovação do Protocolo Adicional à Convenção dos Direitos da Criança sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados; - Aprovação do Protocolo Adicional à Convenção dos Direitos da Criança sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil.
2002	Criação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil
2003	- Criação do Disque Denúncia Nacional - Disque 100; - Assinatura do Plano Presidente Amigo da Criança; - Criação do Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
2004	- Aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); - Entrega do I Relatório sobre a Situação dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil (governamental) e do Relatório Alternativo (não governamental) ao Comitê dos Direitos da Criança da ONU
2006	- Criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); - Lançamento do Plano Nacional do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; - Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); - Aprovação pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Resolução nº113

2008	• III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Rio de Janeiro); • Criação do Cadastro Nacional de Adoção (CNA)
2009	• Criação do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
2010	• Realização da 1ª Conferência Nacional de Educação

Fonte: Adaptado da Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

Marcílio (1998) compreende que a situação da infância brasileira tenha melhorado ao longo do decorrer do século XX, na qual a mudança estrutural na demografia brasileira representou uns dos avanços sociais mais evidentes durante esse período. Ainda no início do século o perfil da demografia era de áreas agrícolas atrasadas e que não haviam tido a experiência da Revolução Industrial, com altas taxas de mortalidade. Graças aos avanços científicos e tecnológicos importados das áreas mais desenvolvidas, a taxa de mortalidade foi um dos primeiros indicadores a ter seus números reduzidos.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstraram que, em 1990, mais de 7 milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos trabalhavam no país, o que representava 11,6% da população ativa. Dentre essa percentagem, uma grande parcela era constituída por menores de 14 anos, apesar de estar expressamente proibido pela Constituição Federal de (1988). Mais de 47% das crianças entre 10 e 14 anos estavam na condição de trabalhador não remunerado, o que está associado à ajuda aos familiares em suas atividades econômicas.

Sarmiento (2001) faz pertinente reflexão ao perceber que o processo de construção dos direitos da infância produz efeitos contraditórios, facilitados pela globalização. De um lado se tem os organismos e os instrumentos de regulação que visam o melhor interesse da criança, e por outro lado os indicadores sociais revelam ainda realidades alarmantes do que diz respeito à situação mundial da infância, principalmente em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

1.2 TRABALHO INFANTIL NA PARAÍBA: DISCUSSÃO A PARTIR DOS DADOS ESTATÍSTICOS OFICIAIS

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, no Brasil, o trabalho infantil atingiu aproximadamente 1,8 milhões de crianças e adolescentes, nas quais mais da metade 54,4% (998 mil) crianças estavam trabalhando em situação irregular⁹. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) revelam que 80% do trabalho infantil se concentram atualmente na faixa etária entre 14 e 17 anos de idade. A maioria desses jovens é do sexo masculino, são residentes em áreas urbanas e exercem atividade remunerada, e mesmo frequentando a escola, trabalham em média 26 horas semanais.

O antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apontava para uma mudança cultural e a construção de um novo perfil do trabalho infantil, na qual crianças e adolescentes tem acesso à educação, o que evidencia não mais a questão do trabalho infantil fora da escola. Entre os anos de 2004 a 2014, o número de ocupados na idade entre 5 e 17 anos pobres ou extremamente pobres caiu consideravelmente, aproximando-se de 78%. Sobre famílias com renda per capita de mais de R\$ 400,00 houve um aumento do trabalho infantil, porém se evidenciou que são crianças e adolescentes acompanhando os pais no setor de agricultura e comércio, indo para escola no contraturno.

Entre os menores de 14 anos o principal ramo de ocupação é a agricultura, atividades que abrange a realização do trabalho com supervisão dos pais com a transmissão de técnicas e tradições. Na edição da PNAD do ano de 2015 é possível, perceber especificadamente que o trabalho agrícola se concentra entre as crianças mais novas (entre 5 e 9 anos de idade), enquanto nas idades entre 15 e 17 anos acontece o contrário.

⁹ Situação considerada irregular por estarem em situação de trabalho infantil. Cerca de 190 mil eram crianças entre 5 e 13 anos idade, idade não permitida para realização de qualquer tipo de trabalho. E as que ocupavam a faixa dos 14 e 17 anos, não possuíam registro de carteira, chegando aos 808 mil.

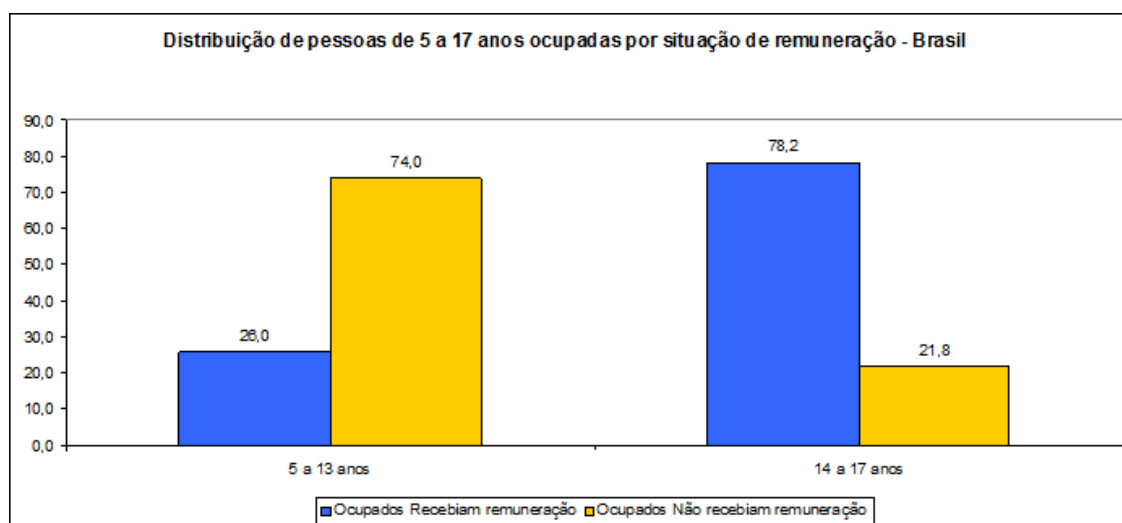
Gráfico 1: População ocupada segundo tipos de atividade e faixas etárias



Fonte: PNAD (2015)

Na edição de 2016, a PNADC mostrou que as crianças menores, de 5 a 13 anos, estavam concentradas no grupamento de atividade agricultura (47,6%). Já para os ocupados de 14 a 17 anos, a principal atividade foi o comércio, reunindo 27,2% deles. Além disso, 66% do grupo de 14 a 17 estavam ocupados na condição de empregado e 73,0% das crianças de 5 a 13 anos ocupavam a posição de trabalhador familiar auxiliar. Observou-se, ainda, que na população de ocupados de 5 a 13 anos, apenas 26,0% recebiam remuneração, enquanto no grupo de 14 a 17 anos, 78,2% recebiam remuneração.

Gráfico 2: Distribuição de pessoas de 5 a 17 anos por remuneração



Fonte: PNADC (2016)

O próprio IBGE e a cartilha sobre Trabalho Infantil na Agricultura Familiar, organizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) a partir do Programa ARISE¹⁰, apontam que as condições de trabalhos consideráveis leves não devem e não podem ser confundidos com casos em que crianças e adolescentes são obrigados a trabalhar exaustivamente e regularmente, com jornadas de trabalhos contínuas em troca de remuneração ou sob forma de “ajuda” às suas famílias, tendo em vista o prejuízo de seu desenvolvimento educacional.

No que diz respeito à realização de tarefas domésticas, a PNAD Contínua 2016 mostrou que mais de 20 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade trabalhavam em casa cuidando de pessoas ou de afazeres domésticos, dedicando em média 8,4 horas semanais para essa atividade. Em relação a outras formas de trabalho, em 2016, aproximadamente 716 mil crianças de 5 a 17 anos trabalhavam na produção para o próprio consumo, o equivalente a 1,8% do total e dedicavam 7,5 horas semanais para essa atividade. Ainda na infância, os dados mostram que o cuidado de pessoas e os afazeres domésticos são tarefas femininas. Nesse sentido, as adolescentes entre 14 e 17 anos de idade se dedicavam em média 12,3 horas semanais, enquanto os meninos dispensavam 8,1 horas.

Das que trabalhavam para o próprio consumo, 91,6% estudavam, e, das que realizavam afazeres domésticos, 95,1% eram estudantes. Estes resultados sugerem que apesar das crianças terem realizado estas tarefas produtivas economicamente, não houve impedimento para que a grande maioria se mantivessem na escola.

No caso específico do Estado da Paraíba já passam de 100 mil trabalhadores com idades entre 5 e 17 anos de idade, o que demonstra aumento entre os anos de 2013 e 2014. Dados do Ministério Público do Trabalho (MPT), o trabalho infantil ocupava posição privilegiada no ranking de denúncias, e enquanto a nível nacional o aumento do trabalho infantil significou aproximadamente 7%, no Estado da Paraíba foi mais de 60% dos registros oficiais, o que valida o aumento chocante de 63,5% apontado pelo IBGE.

Quadro 1: Crianças trabalhando na Paraíba

Crianças trabalhando na Paraíba								
Município	Agricultura	Indústria	Construção	Veículos	Alojamento e Alimentação	Serviços Domésticos	Outras Atividades	Atividades de Água e

¹⁰ Programa Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte à educação. A ARISE foi fundada pela JTI (Japan Tobacco International) e em conjunto com a OIT, JTI, e Winrock Internacional procura prevenir e eliminar o trabalho infantil em comunidades produtoras de tabaco em que a JTI desenvolve suas atividades

								Esgoto
Araruna	390	12	0	74	0	12	32	0
Areia	328	10	9	24	38	0	11	6
Aroeiras	388	0	0	45	11	13	6	0
Bayeux	58	31	21	242	94	39	109	0
Boqueirão	206	135	17	61	0	26	27	0
Cacimba de dentro	350	0	0	55	0	14	17	0
Cajazeiras	217	0	0	140	44	61	37	0
Campina Grande	393	138	99	660	79	159	371	58
Cuite	273	7	0	54	0	0	79	0
Esperança	318	24	0	94	0	11	38	0
João Pessoa	250	100	212	880	233	272	600	20
Lagoa Seca	264	0	7	93	21	32	10	0
Patos	15	174	20	239	38	34	83	7
Queimadas	473	7	16	67	11	0	32	13
Santa Rita	104	86	26	213	60	35	81	7
São Bento	7	483	22	82	11	0	23	0
Sapé	341	11	25	100	0	9	50	0
Souza	85	11	24	152	54	69	109	0

Fonte: Jornal Correio da Paraíba (2016)*

*Dados extraídos do IBGE E SDH (2014)

Além do reordenamento dos gastos destinados aos programas de combate ao trabalho infantil, o aumento dos números está diretamente relacionado ao desaparecimento dos conselhos tutelares, muitos sem estrutura física para receber e averiguar denúncias, bem como a omissão do Estado, nas esferas municipais, estaduais e federais.

Em relação ao trabalho nas feiras livres e mercados públicos, Alberto, Cirino e Silva (2011) realizaram uma contagem de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de João Pessoa, no ano de 2007. Segundo os autores, entende-se por situação de rua:

[...] aqueles meninos e meninas que ocupam a cidade (logradouros públicos, casas abandonadas, terrenos baldios, mercados públicos, feiras livres, calçadas de pontos comerciais) e que passam a maior parte do dia ou da noite nas ruas (dormindo ou não), em busca de moradia, trabalho, renda, alimentação, local de repouso, lazer, com ou sem vínculo familiar, desacompanhados ou acompanhados de adultos, familiares ou responsáveis. (ALBERTO; CIRINO; SILVA, 2011 pág 428)

A pesquisa identificou 1134 crianças e adolescentes em situação de rua, sendo que 43,3% deles se encontram em mercados de feiras. Nos anos posteriores, matérias de jornais publicados sobre o tema, mostraram que no ano de 2012 a diretoria de assistência social da prefeitura, estimava aproximadamente 80 crianças e adolescentes trabalhando nos mercados

públicos, e no ano de 2015 o Ministério Público do Trabalho recebeu, somente no primeiro semestre, 67 denúncias, muitas delas relacionadas também a exploração sexual.

1.3 TRABALHO INFANTIL OU AJUDA?: PRESENÇA INFANTIL NO TRABALHO FAMILIAR

Nem todo o trabalho realizado por criança é considerado trabalho infantil, pois são consideradas a idade da criança, o número de horas trabalhadas, as condições e a natureza do trabalho. Existem divergências nas legislações nacionais e internacionais quanto à definição do que se entende por criança. O artigo 2º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que versa sobre As Piores Formas de Trabalho Infantil, define uma criança como toda pessoa abaixo de 18 anos de idade. Já para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criança é a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescência é a faixa etária entre os 12 e 18 anos incompletos. Assim, é considerado trabalho infantil o trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima de admissão ao emprego/trabalho estabelecida no país:

Além do termo "trabalho infantil", a OIT usa também as expressões "crianças trabalhadoras" e "crianças economicamente ativas", principalmente para fins estatísticos. Esses dois termos se referem ao trabalho realizado por uma criança durante mais de uma hora em um período de sete dias. Esse trabalho pode ser remunerado ou não, realizado para o mercado ou não, habitual ou esporádico, legal ou ilegal. Em alguns países, esse tipo de trabalho está amparado na lei e, portanto, não é considerado "trabalho infantil". (VANDENBERG;NIPPIERD;GROS-LOUIS, 2010, pág. 8)

Segundo o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2011-2015), documento que estabelece metas para eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2015 e de erradicar a totalidade do trabalho infantil até 2020, conceitua trabalho infantil como *“atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente de sua condição ocupacional.”* (BRASIL, 2011). Mesmo com ações, políticas e programas que visam à extinção do trabalho infantil,

pesquisas apontam a persistência de um número expressivo de crianças e adolescentes trabalhando de forma irregular, mesmo sendo suas famílias beneficiárias de programas de transferência direta de renda, o que levaria a compensação da ausência da renda advinda pelo trabalho infanto-juvenil.

Kassouf (2007) aponta que por volta de 1995 pesquisas e trabalhos acadêmicos se voltaram para questão do trabalho infantil, o que foi resultado de uma crescente ênfase na redução da pobreza e na visão de que o trabalho realizado por crianças e adolescentes era impedimento para o progresso econômico do país. A partir de então, vários estudos foram realizados e fundamentados a partir das causas e consequências do trabalho infantil. A explicação para as causas desse tipo de trabalho advém de variadas situações, como a necessidade de complementação da renda familiar, e indo mais além da questão da renda, uma série de fatores econômicos, sociais e culturais estão relacionados à condição de que determinadas crianças e adolescentes estão mais propensos a trabalharem do que outros. Nesse aspecto, fatores como escolaridade dos pais, tamanho da estrutura familiar, a idade em que os chefes da família começaram a trabalhar e o local que residem (zona urbana ou zona rural) são alguns determinantes para explicar a incidência do trabalho infantil.

Ainda há um argumento que justifica a presença e a persistência do trabalho infantil a partir da ideia de que esse seria um mecanismo de aprendizagem para o futuro, principalmente presente nos contextos em que os pais começaram a trabalhar na mesma idade ou até antes que seus filhos, repetindo um ciclo geracional. No que concerne ao trabalho como forma de aprendizagem não há um consenso nos estudos e na literatura sobre trabalho infantil. French (2002) compreende que o trabalho realizado por crianças pode elevar seu nível de capital, através do aprendizado adquirido com a experiência. Schneider (2005) compreende que o trabalho das crianças nos espaços de unidades de produção familiar pode ser entendido a partir de seu caráter pedagógico e formativo, e como acrescenta Marin *et al* (2012) *é a “razão pela qual pode assumir o sentido e significado de uma ajuda à família”*

Marin *et al* (2012) em seus estudos sobre o trabalho infantil da agricultura familiar na produção de tabaco na região sul do país destacam que diversos autores estudaram as sociedades camponesas no Brasil, destacando a relação do trabalho com a transmissão de práticas e habilidades acumuladas através de gerações. Essa inserção através do trabalho fazia parte do processo de socialização profissional e ritualização da passagem para a vida adulta e *“conforme a idade, o sexo, e a força física, as crianças incorporavam-se às atividades*

produtivas e reprodutivas das famílias na condição de ajudante.” (MARIN et al, 2012, pág. 767).

Autores como Antuniassi (1983), Schneider (2010) e Marin et al (2012) a partir do estudo empírico verificaram que nas famílias camponesas e de agricultores o trabalho é tido como virtude e preparação para o futuro, assumindo também um caráter de ajuda e de socialização. Porém, estudos mais recentes sobre a presença de crianças e adolescentes em atividades agrícolas passaram a interpretar a ocupação do trabalho como trabalho infantil, ainda que essa ocupação seja no contraturno escolar.

Autores consideram, a partir de evidências empíricas, que quando mais cedo se começa a trabalhar em menor será seu salário quando adulto. (Kassouf, 2009; Emerson e Souza, 2003; Kassouf e Santos, 2010). Cavalieri (2000) observou que o trabalho infantil acarreta resultados negativos sobre o rendimento escolar. Kassouf (2007) alerta para a necessidade de se tratar a questão do trabalho infantil de forma não homogênea, pois compreende que é um fenômeno marcado por diversas situações:

Existem diferenças de gênero, entre atividades nas áreas rural e urbana, de risco ou não, tempo integral ou parcial, no ramo agrícola, comercial, industrial, etc. devem ser analisadas separadamente, já que suas peculiaridades exigem políticas de combate diferenciadas. Além disso, os diversos fatores envolvidos com a decisão de alocação do tempo da criança para o trabalho precisam ser diferenciados. As abordagens para se tratar de aspectos culturais e de tradição familiar são distintas das de aspectos econômicos, envolvendo pobreza e das de aspectos sociais, envolvendo baixo nível educacional dos pais e falta de visão de longo prazo, por exemplo (KASSOUF, 2007, p. 346)

Nas pesquisas que apontam a associação da persistência do trabalho infantil mesmo associado à frequência escolar, mostram uma forte crença por parte das famílias, das próprias crianças e no senso comum de que o trabalho é dignificante e educador. Segundo o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004), o trabalho infantil ao longo da história brasileira nunca foi representado de forma negativa para a sociedade. Até a década de 1980 havia um consenso de que o trabalho seria positivo para crianças em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Das camadas mais ricas até as mais pobres da população compartilhava a ideia de que a criança trabalhadora representava virtude, enquanto a criança desocupada era tida como problema social e perdida, pois estavam propensas à delinquência, à criminalidade e à prostituição. Na

mídia tanto crianças quanto adolescentes trabalhadores eram tidos como exemplo de dedicação, seriedade e disciplina:

A educação, desvinculada de um usufruto econômico imediato, era colocada como desnecessária e até problemática. Aprender a brincar, divertir-se e vivenciar o caráter lúdico e contemplativo de algumas atividades foram encarados como total perda de tempo ou como atividade carente de sentido. Educação que não ensinasse a trabalhar era tida como uma atividade desviante, ora das tradições familiares (pois muitos pais, mães e avós tiveram de trabalhar ao lado dos seus pais), ora da própria realidade econômica das famílias dessas crianças, pois a equação era trabalhar para sobreviver ou passar fome. (BRASIL, 2004, pág. 23)

Campos e Alverga (2001) compreendem o processo histórico e social que constituem essa ideologia em torno do trabalho, onde tanto as famílias quanto outros setores da sociedade dão justificativas econômicas aos pretextos de caráter subjetivo que estimulam as crianças e adolescentes a ingressarem precocemente em alguma atividade produtiva. Mesmo com todos os mecanismos reguladores e uma legislação que condena o trabalho infantil, ainda existem milhões de crianças e adolescentes trabalhando, o que evidencia que esses mecanismos *“não tem sido suficientes para fazer estancar o crescimento dos índices das novas vítimas flagradas no trabalho doméstico, na agricultura, nas atividades terceirizadas e domiciliares”*. (CAMPOS E ALVERGA, 2001, pág. 228). Nesse sentido, os autores são enfáticos ao perceber que é necessário combater as razões subjetivas, que perpetuam a lógica da ideologia do trabalho.

No caso do contexto brasileiro, o trabalho sofreu influências culturais trazidas pelos colonizadores portugueses. A visão classista de que o trabalho manual trazia indignidade para os indivíduos pertencentes às classes nobres, associada a uma ética do trabalho, característica da moral puritana foram usadas como discurso e mecanismo ideológico para divisão de classes e opressão:

A cultura do “aproveitar o tempo” defendeu o trabalho como sendo fundamental para essa premissa. Todo trabalho significava tempo aproveitado, mesmo quando o trabalho não significasse ganhos econômicos. De outro lado, toda atividade educativa e lúdica carecia de legitimidade e era, portanto, caracterizada como negativa e como uma “perda de tempo” da qual não se obteria ganho ou benefício algum. Em setores mais tradicionais, o lúdico era, inclusive, relacionado com o próprio mal, e o trabalho, com o bem, dando, assim, um fundo religioso à alternativa em favor do trabalho das crianças. Sofrimento e sacrifício serão recompensados transcendentemente. O divertimento, em troca, será castigado. (BRASIL, 2004, pág. 24).

Nesse sentido, é importante não negligenciar o aspecto econômico e social como condicionantes para a ocorrência do trabalho infantil, porém olhar a pobreza e desigualdade como única causa para formulação de políticas e de programas de erradicação faz com que persista esse tipo de trabalho. Sabe-se que o modelo de sociedade capitalista constrói e influencia a reprodução de condições para a existência do trabalho infantil. Nesse sentido, as representações e práticas que se criaram em torno do trabalho ainda estão presentes em instituições responsáveis pela socialização e formação das crianças como a família e a escola.

Dauster (1992) retoma a questão do trabalho infantil ao propor que esta é uma forma cultural que coletivamente se impõe às crianças de classes populares pois:

A obrigatoriedade do trabalho abrange outros significados além da instância econômica. Isto porque o trabalho infantil – que sem dúvidas representa umas das formas de dominação e exploração social no contexto de nossa sociedade – pode ser reinterpretado como escolha e decisão e é visto, até certo ponto, como natural enquanto orientação de pais e mães. (DAUSTER, 1992, pág.33)

Nesse caso, a inserção de crianças e adolescentes no trabalho não está relacionada somente as questões financeiras e econômicas de suas famílias, e mesmo em áreas urbanas a inserção do jovem no mundo do trabalho se mostra como estratégia de socialização das classes populares, o que deve complementar a frequência e vivência escolar. Logo, como Dauster (1992) enfatiza, o próprio significado de trabalho pode ser polissêmico, uma vez que pode “*ser voluntário ou pago, executado dentro ou fora de casa, expressar colaboração ou dever, ser meramente ajuda, caso não signifique muito trabalho*”. (DAUSTER, 1992, pág.34)

Assim, a pesquisa desenvolvida durante os meses de agosto de 2017 a fevereiro de 2018 com os feirantes adultos, crianças e adolescentes que trabalham no Mercado Central de João Pessoa, trouxe para reflexão a noção do trabalho como ajuda em contextos familiares, o que resultou, além de expor toda a história concernente à construção social da infância, bem como o nascimento dos instrumentos de proteção à infância e consequentemente a questão do trabalho infantil. Os dados estatísticos oficiais apontam a persistência e continuidade desse tipo de trabalho, apesar dos esforços no âmbito político, educacional e assistencial para erradicá-lo.

No próximo capítulo veremos como o trabalho infantil se apresenta nas memórias dos feirantes do Mercado Central, principalmente quando associado ao trabalho familiar.

2 O MERCADO CENTRAL E A VIVÊNCIA DE INFÂNCIAS

2.1 DELIMITANDO A ÁREA DE ESTUDO

Os mercados públicos e as feiras livres fazem parte das histórias e memórias da cidade, e se constituem como espaços de interação entre diversos atores das mais variadas classes, idades e etnias, sendo acessível a toda população. Mesmo com a inovação e conforto trazidos por estabelecimentos constituídos de formas mais modernas de armazenamento e de comercialização, além da higiene, os mercados públicos e feiras livres ainda são uma opção para quem procura preço baixo e variedades de produtos. Nesses locais se encontram produtores rurais e agentes de intermediação que comercializam seus produtos aos consumidores. Logo, nos mercados públicos e feiras livres encontramos famílias de agricultores, pessoas idosas que ali cresceram quando acompanhavam seus pais na venda dos produtos, bem como a presença de crianças e adolescentes que brincam, auxiliam e que trabalham na venda de frutas e verduras.

No que concerne a um breve relato histórico, o desenvolvimento dos mercados está relacionado ao direcionamento dos excedentes agrícolas para o comércio após a Revolução Agrícola¹¹. Carlos (2005) relata que, com as Cruzadas no século XI, as atividades comerciais ganham novo impulso e a movimentação dos mercadores com a compra e venda de seus produtos propiciou o surgimento de cidades fora dos muros dos burgos. Como consequência, houve integração de pequenas cidades e povoados a partir do momento em que as feiras comerciais ganharam mais importância.

Vargas (2001) observa que para a consolidação dos mercados há a necessidade da oferta de bem materiais, o encontro de fluxos, a disposição de mercadorias e de homens em um determinado espaço físico, e divide a história do varejo em três períodos:

¹¹ Também conhecida como Revolução Neolítica, a Revolução Agrícola consistiu no desenvolvimento de técnicas de cultivo agrícola, em conjunto com a criação de animais para alimentação. Uma das mais significativas descobertas do Neolítico foi a agricultura. O homem deixa de ser nômade. O desenvolvimento de técnicas mais aprimoradas para o cultivo agrícola gerou excedentes, e as relações de trocas de produtos e gêneros alimentícios proporcionou o desenvolvimento de núcleos urbanos e o comércio.

Quadro 2: História do Varejo

História do Varejo		
Antes do século XIX	Século XIX	Século XX
<i>Bazaar</i> (Oriente Médio)	Mercados Cobertos	Supermercados
<i>Ágora</i> (Grécia)	Galerias Comerciais	Hipermercados
<i>Fóruns</i> (Itália)	Grandes lojas	Shoppins Centers
Feiras e Mercados	Cadeia de lojas	

Fonte: adaptado de Vargas (2001)

O *bazaar*, a *ágora* e os *fóruns* surgem como primeiras formas comerciais e funcionavam como lugar de troca de mercadorias e contavam com uma diversidade de produtos. Com o passar do tempo a *ágora* passou a ser em um local fechado. Em sequência surgiram as feiras e os mercados, onde a diferença entre as duas categorias é que a primeira tem caráter itinerante, em dia e em locais específicos, já a segunda se fixa em um local e assume caráter permanente:

Os mercados eram pequenos, negociando com os produtores locais, em sua maioria agrícolas. As feiras, ao contrário, eram imensas, e negociavam mercadorias por atacado que provinham de todos os pontos do mundo conhecido. A feira era o centro distribuidor dos grandes mercadores, que se diferenciavam dos pequenos errantes e artesões locais. (HUBERMAN, 1959, pág. 22)

Ainda assim, a feira pode funcionar de forma integrada ao mercado. Destarte “*muitos dos mercados tiveram sua gênese nas feiras realizadas no mesmo local e terminaram perpetuando-se, materializando-se em construções porque a reprodução da vida na cidade ou região necessitava de um contínuo suprimento de víveres.*” (PINTAUDI, 2006, pág. 4)

Segundo Jerônimo (2007) os mercados são constituídos de:

- **Áreas cobertas:** cada pavilhão é destinado para abrigar grupos distintos de comerciantes. A divisão é feita em box e lojas, cujo intuito é facilitar o acesso dos consumidores aos produtos, a operação de carga e descarga e a fiscalização.
- **Grupos de feirantes:** que são divididos por tipos de mercadorias comercializadas ou tipo de serviço prestado, como bares, lanchonetes e restaurantes.

- **Áreas livres:** são destinadas a feira livre.

No Brasil as feiras e mercados públicos são umas das mais formas antigas de varejo e ainda continuam a desempenhar um importante papel na venda de produtos hortifrutigranjeiros (frutas, legumes, verduras e ovos) em grande parte dos centros urbanos. Sendo assim, existem vários tipos de feiras livres, onde se distinguem de outros estabelecimentos comerciais que também distribuem mercadorias advindas do campo. Forman (1979) ainda estabelece a diferença entre três tipos de feiras:

- **Feira de consumo:** se caracteriza por ser uma feira rural. Nesse tipo de feira as mercadorias e os serviços são distribuídos em áreas de difícil acesso, entre as populações rurais e de baixa renda. Aqui existem camponeses vendendo seus produtos em uma feira central que acontece uma vez por semana. As categorias encontradas nessas feiras são de: 1) camponeses que vendem seus produtos na feira, gastando o dinheiro que ganharam em produtos que necessitam; 2) camponeses que vem ao mesmo tempo seus produtos e produtos comprados dos outros; 3) um número significativo da presença de intermediários que compram os produtos dos camponeses para revender em outros lugares
- **Feira de distribuição:** se caracteriza por uma rede completa de feiras conformadas por duas ou três feiras de consumo. Aqui os intermediários vão comprar suas mercadorias, e só existem por causa da presença de intermediários. As mesmas pessoas não precisam frequentar todas as feiras numa espécie de ciclo e alguns comerciantes podem preferir alternar entre feiras diferentes. A rede de feiras é, portanto, uma questão de preferência individual e não um ciclo fixo de atividades comerciais.
- **Feira Urbana:** feira urbana e de abastecimento se realiza em dias específicos da semana como parte de um grande mercado diário. Como um apêndice ao mercado permanente, esta feira é composta inteiramente de varejistas que servem às grandes populações urbanas. Nos dias de feira, os alimentos enchem

as ruas que contornam o local do mercado permanente. Muitos pequenos intermediários se juntam aos vendedores do mercado permanente, na venda de uma grande variedade de produtos para o consumidor local.

Maluf (1999) descreve as diferenças dos tipos de feira e outros tipos de comércios:

Quadro 3 : Tipos de Feiras e comércio

Tipos de feiras e comércio de produtos do campo	
Mercadão Popular	Proporcionam o acesso à gêneros de primeira necessidade e produtos de higiene e limpeza à população de baixa renda, por meio de pontos móveis, com preços médios, 30%.
Armazém da família	Proporciona o acesso a gêneros de primeira necessidade e produtos de higiene e limpeza à população de baixa renda, com preço, em média, 30% mais baratos
Feiras Especiais	Oferecem alternativa para aquisição de produtos de época, facilitam o escoamento da produção e realizam feiras comemorativas (feira do pescado, feira do litoral, feira do mel e derivados, feira noturna, feira gastronômica, feira do Natal, feira de Páscoa)
Varejões	Espaço de comercialização de hortifrutigranjeiros a preços controlados; os permissionários são prioritariamente pequenos produtores rurais
Sacolão	Espaço de comercialização de frutas e verduras a um preço único por quilograma
Feira verde	Comercializa exclusivamente hortifrutigranjeiros produzidos organicamente

Fonte: adaptado de Maluf (1999)

Ainda assim, existe também uma classificação geral dos mercados em três níveis. Angulo (2002) os distinguem:

- **Mercado local/ do produtor:** Mercado em que o produtor vende seus produtos agrícolas. O produtor não fica vulnerável a intermediários para concretizar a venda de suas mercadorias. Consiste na primeira venda do produto dentro do sistema, e o associativismo entre os produtores favorecem a proteção desse tipo de comércio.
- **Mercado atacadista:** Existe a atuação de intermediários com compra/venda de produtos em grandes quantidades.
- **Mercado Varejista:** Venda final dos produtos adquiridos no mercado atacadista para o consumidor. Há muita diversidade por estarem localizados em centros de consumo, e esses produtos são adquiridos em pequenas quantidades.

Jerônimo (2007) observa que os atacadistas também podem vender suas mercadorias aos consumidores finais, mas é raro, em pequena escala. Já os varejistas trabalham ajustando-se às necessidades do mercado como tipo de produtos e políticas de preço, estando localizados nas principais ruas dos centros urbanos.

A área de estudo da pesquisa se desenvolveu no Mercado Central de João Pessoa/PB, que foi construído entre anos de 1943 e 1948, na qual o engenheiro pernambucano Antônio Baltar foi o responsável pela execução do projeto. Está localizado na área central da cidade, estando bem próximo ao Parque Solon de Lucena, conhecido também como “Lagoa”. É o maior e o mais importante Mercado Público da cidade, sendo projetado para ser o principal local de abastecimento da capital.

Foto 1: Mercado Central em construção



Fonte: Coutinho e Vidal (2007)

A construção do Mercado Central representou a materialização de ações desde a década de 1910, cujo objetivo era a ampliação dos limites da cidade, além de contribuir para a modernização urbana de João Pessoa como apontam Coutinho e Vidal (2007):

A implantação proposta por Baltar reflete a sua formação modernista. Abandonando o tradicional partido pavilhonar do mercado, concebeu uma implantação descentralizada com cinco edifícios dispersos no amplo terreno de 3.1 ha. Uma rua interna em forma de Y promovia a ligação entre as partes, cada qual com uma atividade específica. A criação de patamares para receber os edifícios garantiu o mínimo trabalho de cortes e aterros na acidentada topografia do lote, minimizando custos. Assim, em setembro de 1948, a cidade passou a entrar no Mercado Central pela Avenida Dom Pedro II. Lá estava um longo edifício térreo abrigando dezenas de lojas destinadas aos produtos manufaturados e industrializados. No eixo desse bloco comercial, e quebrando a sua excessiva horizontalidade situam-se, no primeiro pavimento, os aposentos destinados à pequena administração do mercado. (COUTINHO e VIDAL, 2007, pag. 7 e 8).

Ao longo de décadas de funcionamento, a estrutura dos galpões foi sofrendo deteriorações devido ao efeito do tempo, pelo o uso indevido dos espaços destinado ao público e pela própria má gestão da administração do Mercado. Em seu projeto inicial, seu objetivo era garantir abastecimento alimentício em sua grande maioria, porém impulsionado

também por omissão do poder público, foi se constituindo uma variedade de atividades ilegais como jogos, tráfico de drogas e prostituição, além de surgir comércios estranhos à natureza principal do mercado como oficinas mecânicas, serralharias e borracharia.

Foto 2: Mercado Centram vista aérea



Fonte: Coutinho e Vidal (2007)

Somente em 2002 o governo municipal idealizou propostas para intervir na área, porém sua intenção era a total demolição dos prédios e galpões para sua reconstrução – o que obviamente elevava o custo para execução da obra, além de não levar em consideração a quantidade de trabalhadores que seriam desalojados, o que causou bastante impopularidade entre os comerciantes e também para a população em geral que consome os produtos do Mercado.

Com a crescente ocupação aleatória de seu interior por barracas clandestinas e feirantes não cadastrados, somados à condenação física e estrutural dos prédios, a Prefeitura Municipal de João Pessoa propôs um plano de revitalização e recuperação do Mercado Central de João Pessoa em 2006, tendo como objetivo evitar sua interdição, cuja proposta de reforma ficou sob a responsabilidade de três secretarias: a Secretaria de Planejamento (SEPLAN); a Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA); e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. (SEDURB). A imagem abaixo foi a proposta final para revitalização do mercado:

Figura 3: Projeto de Revitalização Mercado Central



Fonte: Coutinho e Vidal (2007)

Segundo Coutinho e Vidal (2007) a demolição da antiga Quadra G para a construção do PAVILHÃO 1 deu início à materialização do projeto de revitalização. Nesse antigo espaço ficava um amontoado de barracas sem padrão, e o novo espaço seria destinado ao setor de frutas, verduras e legumes com boxes padronizados¹². O maior desafio foi realocar os comerciantes que ocupavam não somente o antigo setor, como também àqueles que ocupavam de forma desordenada os espaços do Mercado Central.

¹² Os boxes menores têm a dimensão de 3,00 m² e os maiores com dimensão de 12,00m².

Figura 4: Boxes pavilhao 1



Fonte: autora (2018)

Foto 5: boxes pavilhão 1



Fonte: autora (2018)

Após a reforma iniciada em 2006, a Prefeitura Municipal de João Pessoa abriu cadastro para os feirantes que estivessem interessados no processo de financiamento dos boxes de alvenaria dentro do novo galpão. Cada box custou entre R\$10.000,00 a R\$15.000,00 e as prestações entre R\$100,00 a R\$ 160,00. Ainda no ano de 2006 o PAVILHÃO 1 foi inaugurado, porém com o passar dos anos, muitos feirantes não conseguiram arcar com o custo da parcela do financiamento e “abandonaram” seus boxes, retornando para o lado de fora alegando que o setor não atrai movimento da freguesia:

“Lá dentro só presta pra quem vende de quilo. Pra quem vende assim de preço único já fechado não adianta” (D.S, 43 anos, mãe de 3 filhos)

“Se fosse para tá lá dentro eu não trabalhava mais aqui não. Quem passa aqui na entrada e sobe esse corredor para pegar ônibus lá em cima quer jogo rápido. Passa, compra o que precisa e vai se embora. No galpão tem que entrar, é demorado para quem tá com pressa, ou quem tá voltando do serviço para ir para casa e tá cansado” (J.P, 36 anos, pai de um menino de 10 anos).

Para quem continua do lado de dentro ainda acha vantagem para o estoque dos produtos. Dizem que os produtos de dentro do pavilhão são melhores.

“Pedi para minha menina ir lá fora comprar uns tomates para levar para casa. Eles vendem a 1 real nessa trouxinha já pronta e fechada. Quando cheguei em casa de uns 6 tomates miúdos, 2 já estavam estragados”. (Z.S, 42 anos, mãe de uma menina de 9 anos).

Há uma diferença entre os feirantes que estão do lado de fora e os do lado de dentro, embora seja compreensível que muitos perderam espaço e o movimento dos clientes com a reforma. Cada galpão e pavilhão abrigam gêneros alimentícios específicos, assim se tem um espaço distinto para os setores das carnes e peixes; outro para frutas, legumes e verduras em geral, outro espaço para grãos e sementes, bem como para ervas e chás. Ainda encontramos vendedores de utilidades domésticas como panelas, colheres de pau, vassouras dentre várias outras miudezas para o lar. Em um setor mais distante e que não foi ainda contemplado com a reforma temos uma espécie de “barracão” que abriga os comerciantes de roupas e calçados.

Outra parte específica é destinada aos bares, lanchonetes e restaurantes. Minha pesquisa tem se concentrado na área das frutas, verduras e legumes¹³, onde encontramos feirantes que dispõe suas barracas com guarda-sol do lado de fora dos galpões destinados a esse gênero alimentício, formando um verdadeiro corredor de frutas e legumes variados, como tomate, batata, cenoura, coentro, cebola, banana, manga, seriguela, cajá, caju, acerola dentre outros. Além disso, foram incluídos também os feirantes de frutas e verduras que estão dentro dos galpões, em seus box de alvenaria. Tanto dentro do galpão quanto fora há a presença de crianças, e os adolescentes, por sua vez estão concentrados mais do lado de fora.

2.2 INFÂNCIA E MEMÓRIA: EXPERIÊNCIA DE QUEM CRESCEU NO MERCADO

Para compreender a dinâmica e presença do trabalho infantil no Mercado Central de João Pessoa se fez necessário refletir sobre os processos de constituição das memórias dos feirantes adultos que ali cresceram acompanhando seus pais no trabalho na feira. Embora os fatores econômicos exerçam grande influência para condicionar menores ao trabalho, ao longo da pesquisa se evidenciou que os fatores socioculturais também orientam pais e mães a continuarem levando seus filhos em um turno para feira, assim como seus pais faziam quando esses feirantes eram crianças. Dessa forma, trazer a experiência da infância através de quem cresceu dentro do Mercado Central se tornou uns dos mecanismos para compreender a infância e adolescência nos dias atuais.

Peralta (2007) ressalta que por muito tempo se negligenciou a base social da memória. A devida importância dada a ela por parte das Ciências Sociais é algo recente, datada da metade do século XX em diante. Antes disso, os estudos dedicados à memória se concentravam no âmbito da filosofia com Henri Bergson e Paul Ricoeur, ou no âmbito da psicologia, com Sigmund Freud. Não é à toa que a noção que as pessoas carregam consigo acerca do estudo da memória esteja relacionada à faculdades psíquicas e neurológicas, não percebendo-a como fenômeno social.

¹³ Antiga Quadra G e atual Pavilhão 1.

Foi o sociólogo francês Maurice Halbwachs que inaugurou a análise da memória coletiva a partir de seu caráter e base social reiterando a teoria durkheimiana concernente à consciência coletiva, que “*é um conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à medida dos membros de uma mesma sociedade que forma um sistema determinado com vida própria.*” (DURKHEIM, 1973, pág. 373). De modo geral a consciência coletiva é o compartilhamento de valores, sentimentos e crenças dentro de determinado grupo, assumindo um valor moral.

A narrativa da infância resgatada na memória e na lembrança dos feirantes adultos auxilia na demarcação das identidades individuais e coletivas, e mostra como as pessoas se enxergam ou se enxergavam no passado. Halbwachs (2013) aponta que a lembrança e a memória surgem a partir da constituição de uma rede de interações afetivas, que só é viável a materialização através da convivência social que o indivíduo tem com outros indivíduos, estando inserido em determinado grupo social. Logo, a constituição da memória individual¹⁴ e da memória coletiva é influenciada por instituições como família, igreja, ambiente de trabalho, escola e o grupo social a qual pertence:

A lembrança, para Halbwachs, é reconhecimento e reconstrução. É reconhecimento na medida em que porta “o sentimento do já visto”. É reconstrução, principalmente em dois sentidos: por um lado, porque não é repetição linear de acontecimentos e vivências do passado, mas sim um resgate destes acontecimentos e vivências no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais; por outro, porque é diferenciada, destacada da massa de acontecimentos e vivências evocáveis e localizada num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais (SCHMIDT; MAHFAUD, 1993, pág. 289).

Ao mesmo tempo em que a memória é um trabalho do sujeito ela é produto do acúmulo de experiências vivenciadas a partir de um grupo de referência¹⁵, pois como afirma Duvignaud (1990), “*é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomamos para pontos de aplicação os quadros sociais que servem de*

¹⁴ Halbwachs entende por memória individual a representação ou ponto de vista que o indivíduo tem sobre a memória coletiva. E que sofre alterações de acordo com as posições que se ocupada dentro de um determinado grupo e das experiências que se tem para além desse grupo através do contraste.

¹⁵ O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos [...] O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamentos e a experiência comum do próprio grupo. (SCHMIDT; MAHFAUD, 1993, pág. 288)

pontos de referência nessa reconstrução que chamamos de memória.” (DAUVIGNAUD, 1990, pag. 9).

Cardini (1993) compreende que não é possível a constituição da lembrança sem a memória coletiva, uma vez que a experiência individual é alicerce para a construção contínua dessa memória:

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso (HALBWACHS, 2013, p. 31).

No caso específico de resgate das memórias das infâncias vividas pelos feirantes que cresceram indo para o Mercado Central junto com seus pais, remonta um evento que faz parte da vida do grupo em que o indivíduo esteve inserido que é a infância, e compartilha com os outros membros dados e eventos em comum, que é crescer na feira, e estar na feira junto com seus pais:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2013, p. 39).

O compartilhamento das memórias serve como mecanismo de unificação do grupo, e a reconstituição permanente dessas lembranças através de conversas e das redes de contato, bem como o uso comum de determinada linguagem e gestos, permite que o grupo permaneça o mesmo em um mundo que está em constante movimento e mudança. O tempo e o espaço são alicerces que suportam à memória, e como Halbwachs (2013) sugere, as datas comemorativas, as datas cívicas, mudanças de estação e feriados são marcos temporais que agem como ponto de referência na atividade de rememoração. Certa vez, conversando com um feirante ele disse:

“Me criei dentro desse Mercado, sou do tempo quando isso aqui era o sacolão. De registro na cabeça, lembro que com 4 ou 5 anos, já vinha com meus pais para cá. Mas minha mãe disse que eu vinha mais ela desde que nasci. Minha filha (apontou para filha), também se criou aqui. Veio com minha mulher assim que acabou o resguardo, com 30 dias.” (P.R, 50 anos, feirante dono de box)

Araújo e Santos (2007) compreendem que o indivíduo isoladamente não tem controle sobre o resgate do passado e como a memória é constituída por indivíduos em interação, através de seus grupos sociais, a lembrança é o resultado desse processo de relações sociais que o indivíduo carrega ao longo de sua vida. No que concerne aos marcos espacial, a partir do momento em que determinado grupo social se localiza em um espaço esse começa a percebê-lo a partir de seus valores e o molda a partir da sua imagem, onde *“cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida em sua sociedade.”* (HALBWACHS, 2013, pág. 160).

O compartilhamento das memórias relacionadas à infância dentro do Mercado Central remonta a um passado mais difícil e perpassa a ideia de uma infância reprimida:

“Era mais difícil, não tinha muito essa importância de escola, ou de tempo pra brincar. Que criança tem que brincar. A gente vinha e ficava aqui, aprendia a ler e escrever um pouco e já tava de bom tamanho. Isso quando aprendia, pois as contas de cabeça para lidar com troco a gente aprende por si só.” (J. S, 48 anos).

Ainda assim, nas falas não transpareceu que a experiência da infância como algo propriamente ruim, mas os feirantes identificam muitas mudanças da infância deles para a infância dos dias atuais:

“Antigamente o trabalho era uma coisa já certa. Vinha “mais” pai logo cedo, devia ter uns 9 ou 10 anos, e ia vender “mais” ele. Hoje esses “menino” vive solto, correndo aí Mercado a dentro. Não tem uma obrigação de trabalhar. O máximo que fazem é uma “ajuda”, ou “quebram um galho”. E ainda reclamam. (T. R. 57 anos)

“Não era ruim. Era diferente. Não tinha tanta coisa para se entreter tanto em casa como vindo até aqui. O trabalho ajudava a passar o tempo. Tinha seus momentos que acontecia corre corre, bola de gude. Mas nada de ficar o dia todo nisso. Era pai ou mãe olhar, que a gente voltava pra junto logo, pra barraca.” (Z.L, 52 anos)

No caso das feirantes mulheres, a extensão do trabalho na feira se dava em casa, com atividades domésticas do lar e cuidado das pessoas. No caso em questão, das irmãs mais velhas cuidarem e alimentarem os irmãos mais novos:

“Muitas das vezes eu preferia vir para cá, porque trabalho sempre ia ter. Aqui pelo menos tem gente, tem cliente, tem pessoas de fora e diferente. Em casa é trabalho que não para. Louça para lavar, panela, “mei” mundo de roupa e os pequenos para olhar. Se mãe chegasse e o que ela tinha dito para fazer não tava feito, era surra de cinto, chinela, o que ela via pela frente” (Z.L, 52 anos)

Nora (1993) explica que o processo de lembrança e da constituição da memória através de eventos no passado são fenômenos atuais, pois acontecem no presente. Bosi (1994) coloca que ao recordar as pessoas praticam o ato de *“refazer, reconstituir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”* (BOSI, 1994, pág. 54). Nas falas dos feirantes adultos, embora apareça uma infância sofrida ou sem tanto “espaço” quanto a de hoje, na memória deles a infância que eles viveram trouxe aprendizado e formaram quem eles são hoje.

“Na hora era ruim, não podia falar que era ruim. Mas dá saudade dos tempos de menino. Tinha disposição. Era curioso. Não sei porque hoje tenho saudade e falo sem ressentimentos da minha infância, do que pai e mãe mandavam eu fazer.” (P.C, 62 anos)

Embora a narrativa em torno da descrição do passado e infância pareça fiel aos reais acontecimentos, é preciso ter cautela. Bosi (1994) é categórico ao dizer que por mais nítida que seja a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que o indivíduo experimentou na infância, porque as pessoas não são as mesmas e a percepção delas pode ter sido alterada pela realidade vivida e pelos juízos de valor. Nesse caso, os valores que as pessoas trazem com elas, no presente, transforma o que foi sofrimento, no passado, em nostalgia ou saudade. Menezes (2006) traduz muito bem esse sentimento:

Sobre o tema da memória, é importante perceber que ela se coloca como uma evocação do passado, pois esta tem a capacidade de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total, porque o ato de lembrar conserva o que se foi e não retornará jamais. E isto de constitui como garantia da nossa própria identidade, o que nos faz perceber que a mesma se dá como sendo o “Eu reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo o que somos e fazemos.” (MENEZES, 2006, pág. 94)

Nesse caso, a vida no sítio ou na área rural trazem lembranças das traquinagens no campo, correr atrás de bicho solto, tirar leite de vaca ou colher ovos de galinha. Alguns dos feirantes entrevistados, ainda residem nas áreas rurais do entorno como Conde, ou na Região Metropolitana de João Pessoa, como Santa Rita:

“Lembro de domingo, que não tinha feira, ou alguma outra data importante lá em casa que se matava uma galinha para o almoço. Só isso já divertia. Era os “menino tudo” atrás da galinha para conseguir segurar. (J. S, 48 anos)

Para estabelecer a relação entre memória e identidade social, Pollak (1992) considera o caráter seletivo da memória a partir da constituição da imagem que o indivíduo tem sobre si, para si e como quer se mostrar diante os outros. Assim, existe um sentido de representação, inclusive de como as pessoas querem ser percebidas pelas outras. Aqui não se pode negligenciar a existência de silêncios ou coisas não-ditas, o que comprova a seletividade:

Há, nesse silêncio, o objetivo de salvaguardar o passado vivido, reafirmando o sentimento de pertencimento a um certo grupo social. As lembranças escondidas no silêncio são protegidas por “estruturas de comunicações informais” e muitas vezes pelo fato do indivíduo/ grupo social não encontrar escuta ou ter receio de ser exposto a mal-entendidos e a punições. (MENEZES, 2006, pág. 95)

2.3 A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DO TRABALHO INFANTIL NO MERCADO CENTRAL

Mesmo com estratégias e políticas públicas de combate ao trabalho infantil, é reconhecido que esse problema é de difícil erradicação dada sua natureza, pois engloba contextos socioculturais, além da questão da exclusão social e da perpetuação da pobreza, ou seja, a problemática é de ordem estrutural. Logo, além dos fatores econômicos e sociais, a estrutura familiar e a cultura produzida em torno do trabalho são também determinantes para a perpetuação e persistência do trabalho infantil.

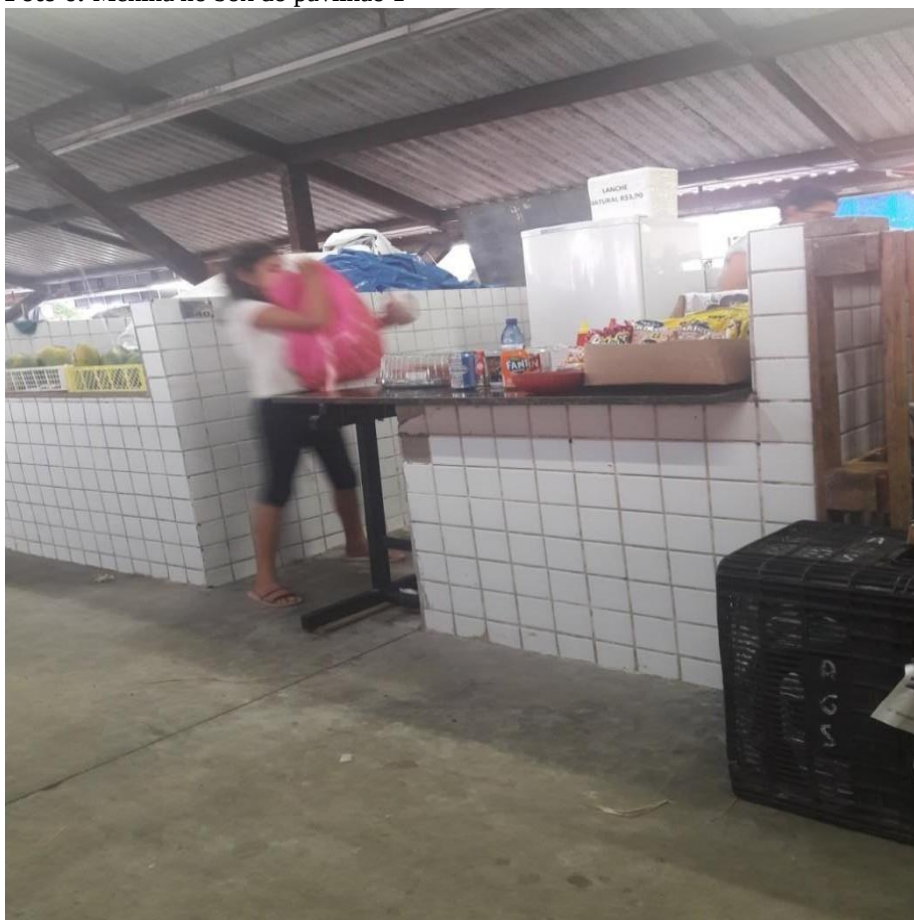
Durante a pesquisa de campo no Mercado Central de João Pessoa foi observado um número significativo de crianças brincando soltas, perto da barraca de frutas e verduras de seus pais, e “brincando” de vender. O período que havia a maior concentração de crianças na feira coincidia com os meses de férias escolares, ou seja, dezembro e janeiro. Nos outros meses, a presença das crianças diminuía, não era rotineiro, mas ainda assim, frequentavam o Mercado esporadicamente pelo menos em um turno. Para os feirantes a presença das crianças era algo natural. Nesse aspecto, foi observado que existe uma transmissão intergeracional do trabalho infantil que está diretamente ligada à cultura do trabalho, na qual o trabalho surge

como instrumento de prevenção dos males que rodeiam as crianças e os jovens de origens pobres: a marginalização, a prostituição e o envolvimento com drogas, como já apontei no capítulo anterior:

Assim, surgem reforços ideológicos à cultura do trabalho precoce como forma de ocupação e manutenção das crianças e adolescentes longe das ruas, das drogas e da ociosidade, ao mesmo tempo em que contingentes significativos trabalham nas próprias ruas, em condições perigosas, penosas e insalubres. (CUSTÓDIO, 2002, p. 34).

Oliveira (1990) ao fazer um estudo sobre os setores informais da economia reconheceu que essa visão cultural e ideológica em torno do trabalho interessa ao sistema capitalista, pois mesmo em momentos de crise contribui para sua estruturação e sua manutenção, ainda mais quando o modo de produção desse setor se dá por viés doméstico e familiar. Aqui o trabalho surge como o antídoto contra ociosidade e assume o caráter de “ajuda”, sendo assim perpetuado.

Foto 6: Menina no box do pavilhão 1



Fonte: autora 2018.

Foto 7: Menina lavando louça no tanque do pavilhão 1



Fonte: autora (2018)

Silva (2001) aponta que para uma parcela significativa da sociedade o trabalho é tolerado a partir na manutenção dos mitos em torno dele. Ora é “formativo”, ou “é melhor do que não fazer nada”, além de aparecer como instrumento de preparação do indivíduo para o futuro. Destarte, a existência e a manutenção de alguns mitos em torno do trabalho contribuem para a persistência do trabalho infantil e são eles:

01) é melhor trabalhar do que roubar; 02) o trabalho da criança ajuda a família; 03) é melhor trabalhar do que ficar nas ruas; 04) lugar de criança é na escola; 05) trabalhar desde cedo acumula experiência para trabalhos futuros; 06) é melhor trabalhar do que usar drogas; 07) trabalhar não faz mal a ninguém. (CUSTÓDIO, 2006, p. 100)

A ideia de que o trabalho enobrece o homem pode ser entendida a partir das explicações weberianas, onde as práticas e os costumes trazidos pelo protestantismo atrelou a questão moral do trabalho ao sistema capitalista, dando sustento ao modelo econômico. Além de ser instrumento de enobrecimento, o trabalho dignificaria o homem diante de Deus, ao

mesmo tempo em que o manteria ocupado, sem tempo para cair na tentação dos pecados como da luxúria e da preguiça:

Com certeza não para fins da concupiscência da carne e do pecado, mas sim para Deus, é permitido trabalhar para ficar rico. A riqueza é reprovável precisamente e somente como tentação de abandonar-se ao ócio, à preguiça e ao pecaminoso gozo da vida, e a ambição de riqueza somente o é quando o que se pretende é poder viver mais tarde sem preocupação e prazerosamente. Quando porém ela advém enquanto desempenho do dever vocacional, ela é não só moralmente lícita, mas até mesmo um mandamento. A parábola daquele servo que foi demitido por não ter feito frutificar a moeda que lhe fora confiada parecia também exprimir isso diretamente. Querer ser pobre, costumava-se argumentar, era o mesmo que querer ser doente, seria condenável na categoria da santificação pelas obras, nocivo portanto à glória de Deus. E, ainda por cima, quem pede esmola estando apto ao trabalho não só comete o pecado da preguiça, como também afronta o amor ao próximo, diz a palavra do apóstolo (WEBER, 2004, p. 148).

Nesse sentido, a relação entre o protestantismo e o capitalismo permitiu a busca pela riqueza e pelo lucro sem que o homem fosse condenado por isso. Tais questões alinhadas ao um contexto histórico de uma burguesia em ascensão foram primordiais para o modelo econômico capitalista ganhar força.

Andrade (2004) afirma que no Brasil, a ideologia do trabalho está enraizada na crença de dar dignidade ao sujeito, uma vez que o trabalho é a oposição da vida errante, por isso é altamente valorizado.

Chalhoub (2001) mostra que no período pós-abolição da escravidão houve grandes esforços para transformar a ideia do trabalho como algo negativo e degradante em algo positivo e enobrecedor, constituindo assim uma nova ética do trabalho em conjunto com um projeto de repressão à ociosidade:

Os debates sobre o projeto de repressão à ociosidade mostram claramente a tentativa dos parlamentares de precisar o conceito de trabalho e seu significado no mundo em que viviam. Procurava-se uma justificativa ideológica para o trabalho, isto é, razões que pudessem justificar a sua obrigatoriedade para as classes populares. A construção do conceito de trabalho passa por diversas etapas. A noção primeira e fundamental é a de que o trabalho é o elemento ordenador da sociedade, a sua “lei suprema”. O cidadão recebe tudo da sociedade, pois esta lhe garante a segurança, os direitos individuais, a liberdade, a honra etc. O cidadão, portanto, está permanentemente endividado com a sociedade e deve retribuir o que dela recebe com o seu trabalho (CHALHOUB, 2001, p. 70).

Campos e Alverga (2001) compreendem que uma parcela significativa do trabalho infantil é devido às necessidades de subsistência das famílias, que são insuficientes. Ao associar tais necessidades de ordem econômica a outros setores da sociedade que ainda enxergam o trabalho infantil como a salvação para as crianças e adolescentes de camadas populares, cria-se uma cultura de encorajamento à entrada precoce desses indivíduos em alguma atividade produtiva:

Tendo em vista a inserção precoce no trabalho produtivo, as deficitárias condições de vida têm recebido a parceria e o estímulo fundamentais de uma ideologia reificadora do trabalho, a tal ponto que um dos mais famosos ditos populares da nossa cultura ocidental, de que "o trabalho dignifica o homem", muitas vezes assume um caráter inquestionável, possibilitando que o trabalho, até mesmo quando exercido de forma indigna, seja visto como um valor supremo, como formador do espírito, educador. Por que o trabalho é considerado desta maneira? (CAMPOS E ALVERGA, 2001, pág. 228)

No contexto brasileiro, principalmente no período pós-abolição seguido pela Proclamação da República (1889) parlamentares e as elites como um todo se empenharam em construir um novo modelo de referência ao trabalho, na qual esse seria a característica fundamental do “homem de bem” em favor da sociedade. Por óbvio, para as classes dominantes era interessante fomentar o amor pelo trabalho nas classes populares, a partir do discurso que este evitaria toda e qualquer delinquência e marginalidade. Destarte, o novo projeto nacional estava incumbido de fazer nascer nas pessoas o sentimento de amor ao trabalho e à nação, como demonstração de gratidão à sociedade.

Silva (2009) coloca que diante dessa nova ordem social a exaltação de novos sentimentos e valores serviu de instrumento mais adequado às mudanças socioeconômicas do período. A transformação do trabalho, que antes era realizado por escravos, compulsório e degradante em algo positivo e dignificante foi fundamental para consolidação da ordem capitalista. Logo, *“incorporaram à nova noção conceitos como o de ordem e progresso, aludindo-se, dessa maneira, à emergência de uma nova civilidade centrada na ideia de nacionalidade e de progresso a partir do trabalho.”* (SILVA, 2009, pág. 145.).

A ideia que o trabalho enobrece a criança e o adolescente representa uma visão estigmatizada e discriminatória, uma vez que os indivíduos das classes mais populares estariam mais predispostos à marginalidade e ao crime:

A ética do trabalho, contudo, a despeito do fundamento religioso, também se prestava à discriminação entre as classes, na medida em que a burguesia comercial inglesa, em ascensão, destinava aos seus filhos o trabalho mental, a “cultura da mente”, restando aos membros das classes desprivilegiadas o ingresso prematuro no mundo do trabalho fabril, agrícola, artesanal etc. (CAMPOS E ALVERGA, 2001, pág. 230)

Nesse aspecto, Gonçalves (1997) a pobreza é sem sombra de dúvidas a base do processo para o uso da mão-de-obra infantil. As famílias em que as necessidades básicas de subsistência não são supridas alocam o tempo da criança para alguma atividade produtiva. A estrutura familiar e a baixa escolarização dos pais também são condicionantes para a persistência do trabalho infantil, uma vez que a cultura do trabalho dissemina a prática como algo positivo:

Quando a mulher é chefe de família, sem a presença do companheiro, não há alternativa: os filhos trabalham para sustentar a mãe e os irmãos menores ou um dos filhos, às vezes uma menina, com pouco mais de cinco anos, ocupa o papel da mãe em casa. É um tipo de atividade que exige dedicação integral, o que impede a ida à escola, devido à longa ausência da mãe, presa à jornada de trabalho e às horas passadas no transporte público (RIZZINI, 2013, p.382).

Durante os meses de pesquisa de campo no Mercado Central a presença de crianças “brincando de vender” e de adolescentes já assumindo a venda de produtos em barracas na feira demonstra uma naturalização da utilização do trabalho infantil, uma vez que a cultura do trabalho disfarçado através da “ajuda” corresponde ao trabalho das crianças. O trabalho de adolescentes é visto como necessário para esses não se “perderem” na vida e buscar um caminho mais “fácil”, nas palavras dos próprios feirantes:

“As crianças não trabalham, elas ajudam. Vão pra escola e passam o restante do tempo aqui.” (V. S, 38 anos)

“É normal trazer os meninos quando não estão em horário de escola. Aqui sempre foi assim. A maioria se criou assim, acompanhando os pais. Levo isso pra vida. Somos feirantes” (J. F, 42 anos)

“Quando eu era da idade desses adolescentes aí já assumia minhas obrigações. É melhor trabalhar, manter a cabeça ocupada. Se não desvia. A maioria hoje em dia quer vida fácil. Tem que trabalhar para ter as coisas” (P. S, 41 anos)

Podemos perceber nas falas dos feirantes que a exaltação ao trabalho é uma forma de valorização da pessoa, tornando-o positivo, independente de quem trabalha. Sarti (1999) analisa:

“Mais ainda do que em outras camadas sociais, para os pobres, o trabalho é a referência positiva de sua identidade social. São ‘trabalhadores’ e têm na ‘disposição de trabalhar o fundamento de sua autoafirmação. Através do trabalho, mostram o que são, afirmam-se perante si e perante os outros, construindo em torno de sua atividade laboral a noção de dignidade. O trabalho, muito além de ser o instrumento essencial da sobrevivência material, constitui um valor moral. Assim, tendo com o pano de fundo esta identificação do trabalho com o mundo da ordem que o torna fonte de superioridade moral - identificação presente em sua concepção do trabalho genericamente falando, é que se valoriza na família também o trabalho dos filhos” (SARTI, 1999, pág. 40).

Nesse caso, nas famílias de camadas populares, além da naturalização do trabalho infantil como forma de garantia de dar dignidade e valor à pessoa, existe um senso de solidariedade, motivo pelo qual muitas das vezes o trabalho aparece como forma de “ajuda”. Dauster (1992) analisou como essa ideia de solidariedade e ajuda aparece dentro de um sistema relacional de troca na família: cabe aos pais garantirem a casa e a comida, enquanto aos filhos cabem ajuda-los com seu trabalho:

A obrigatoriedade do trabalho abrange outros significados além da instância econômica. Isto porque o trabalho infantil - que sem dúvidas representa uma das formas de dominação e exploração social no contexto de nossa sociedade – pode ser reinterpretado como escolha e decisão e é visto, até certo ponto, como natural enquanto orientação de pais e mães”. (DAUSTER, 1992, pág. 33).

Assim como o trabalho doméstico, o trabalho de crianças e de adolescentes no Mercado Central por ser naturalizado acaba por ter consequentemente uma invisibilidade, principalmente por estar em contexto familiar, sob os olhares dos pais e sob os cuidados de conhecidos:

“Aqui todo mundo se ajuda. E se conhece. Aí de alguém tentar roubar aqui. O último saiu carregado pelos guardas. Acho que as crianças ficam mais seguras ainda aqui do que em casa só ou solto na rua. Embora tenha gente pra coisa errada nesse mercado também. Em todo canto tem.” (P.S, 41 anos)

Ainda nas falas dos próprios feirantes é possível perceber que eles mesmos enxergam diferenças na infância que tiveram em comparação com a atual geração. No passado, não se

dava tanta importância à frequência escolar ou continuidade aos estudos. Mesmo tendo seus filhos trabalhando no Mercado Central, os pais feirantes garantem a permanência deles na escola, e evidencia uma mudança em relação à educação escolar dos filhos:

“Antigamente, no meu tempo de menino, essa coisa de escola não era como era hoje. No máximo aprendia a ler alguma coisa. Sei lá. Me lembro de ficar mais aqui e na roça do que sentado na escola. Acho que não tinha muitas na época. Hoje a gente sabe que é importante. Que só se consegue melhorar de vida nos estudos. Mal terminei a 5ª série. (J. C, 47 anos)

“Não tinha tanto esse incentivo todo que tem hoje pra escola. O bolsa família ajudou. Porque tem que ter frequência. E compro as coisas pra ele. Mas espero que prossiga, embora venha pra feira comigo quando não tem aula. Enquanto eu puder persistirei nele estudando.” (V. S, 38 anos)

“Prefiro ainda ele na escola. Digo que não é pra largar os estudos não. Vai que dá pra ele ser outra coisa melhor. Digo poder trabalhar menos. Ter uma profissão que ganhe mais. Mas só estudando mesmo” (J. F, 42 anos)

Kassouf (2007) mostra o efeito negativo da baixa escolaridade dos pais sobre o trabalho das crianças. Logo, outro importante determinante do trabalho infantil que influi na perpetuação do ciclo da pobreza é a entrada precoce dos pais no mercado de trabalho, ou seja, *“há estudos mostrando que crianças de pais que foram trabalhadores na infância têm maior probabilidade de trabalhar, levando ao fenômeno denominado de “dynasticn poverty traps”¹⁶*. (KASSOF, 2007, pág. 342).

Ao analisarem também os possíveis determinantes para a ocorrência do trabalho infantil, Emerson e Souza (2003) concluíram que os pais que trabalharam na infância enxergam com mais naturalidade o trabalho infantil, estando mais propensos a incentivar os filhos a inserir-se em alguma atividade produtiva, principalmente em contextos familiares e domiciliares.

Nas falas dos feirantes adultos, na infância vivenciada por eles no Mercado Central traduz uma extensão das atividades e obrigações domésticas a partir da solidariedade e da ajuda. A educação escolar ainda não estava como prioridade nas famílias, evidenciado pela falta de incentivo e estímulo que esses feirantes tiveram de seus pais. Nesse caso, a

¹⁶ Armadilhas da pobreza dinástica

escolarização das crianças aparece como um investimento em longo prazo e bastante custoso para as famílias de camadas populares que tem como prioridade a satisfação das necessidades básicas de forma imediata:

Finalmente, podemos citar outros determinantes do trabalho infantil, também importantes, mas não tão utilizados na literatura existente, como salário, idade e ocupação dos pais, tamanho da propriedade agrícola onde as crianças trabalham, custos relacionados à escola, medidas de qualidade do estabelecimento de ensino onde a criança está inserida, além de medidas que reflitam a infra-estrutura da comunidade, como disponibilidade de transporte público [...] (KASSOUF, 2007, pág. 342)

Embora enxerguem com naturalidade a entrada precoce dos seus filhos no mundo do trabalho, os feirantes adultos entendem a importância da educação escolar para que seus filhos ocupem melhores empregos e salários quando adultos. Por isso, as escolas que as crianças frequentam ficam nas proximidades do Mercado Central, facilitando a mobilidade e garantindo a frequência:

“Fica mais fácil a escola perto daqui. Ele se arruma aqui e já consegue ir e voltar só. As vezes vou levar. (V. S, 38 anos)

“Em dia de feira no Ceasa que é sexta-feira, é dia de reposição dos produtos prefiro não trazer. De quatro e meia da manhã tem que está lá. E pagar um carro pra trazer os produtos. É trabalho demais pra todo mundo. Não dou conta de ficar olhando eles. Então ficam em casa pela manhã e se arrumam para ir para escola de lá. Só que é mais longe, então eles preferem vir.” (D. P, 36 anos)

Souza Filho (1995) considera que a família, enquanto instituição é reprodutora de cultura, assim como escola e religião, e que constitui também um espaço de socialização e reprodução de valores ideológicos.

Ainda assim, além dos fatores socioeconômicos, a cultura do trabalho perpetuada e transmitida por gerações exclui das prioridades o lazer e as atividades extracurriculares, visto que o primordial é a garantia da sobrevivência e o afastamento da marginalidade e da criminalidade pelo trabalho. Por isso, é importante reconhecer que embora exista uma mudança de pensamento ligado à educação escolar, o trabalho ainda continua sendo eleito como princípio educativo para os jovens pobres, uma vez que seus contextos familiares

incentivam e alimentam as condições para a reprodução do trabalho infantil, principalmente no quando relacionado aos adolescentes. Por isso, compreender a percepção do trabalho para os adultos, para as crianças e para os adolescentes a partir de suas falas se mostrou de grande pertinência, mostrando como o trabalho é representado na vida e formação dos indivíduos.

3 A PERCEPÇÃO DO TRABALHO DE FEIRANTE NO MERCADO CENTRAL

3.1 O SIGNIFICADO DO TRABALHO PELOS FEIRANTES ADULTOS

O trabalho é umas das práticas que acompanham a história de vida dos feirantes do Mercado Central e é elemento central nas memórias desses sujeitos. A vida se organiza e parece ganhar sentido através da prática cotidiana de ir para feira. A centralidade do trabalho na vida dos feirantes é compreensível porque a grande maioria, além de crescer acompanhando seus pais na feira, também já exerciam algumas tarefas na lavoura quando a vida ainda se constituía no campo, através do trabalho familiar. Nesse aspecto há uma relação direta entre trabalho e a identidade dos feirantes do Mercado Central.

Taylor (2005) sugere que a identidade é construída por meio da linguagem nas relações de família e nas relações da comunidade onde se vive ou se convive. Assim, a identidade humana se baseia da concretude das relações sociais e na atividade social. Ciampa (1994) pontua que cada indivíduo assimila tais relações configurando uma identidade pessoal, onde *“as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que é constituída por cada uma delas”* (CIAMPA, 1994, pág. 22). Logo, a identidade também está relacionada às atividades produtivas dos sujeitos:

Nesse sentido a identidade passa a ser também uma questão política, pois ela está imbricada tanto na atividade produtiva de cada indivíduo quanto nas condições sociais e institucionais onde esta atividade ocorre. É política porque a partir da análise aqui feita somos levados a questionar que espaços, que possibilidades nós nos permitimos – a nós e aos outros – de, sendo nós mesmos, nos transformarmos, nos recriarmos. (LANE, 1994, pág. 10).

Dubar (1997) destaca a importância da construção da identidade a partir do momento em que os indivíduos se apropriam subjetivamente do “espírito” da comunidade, além de se identificarem com papéis, aprendendo a desempenhá-lo à sua maneira, de forma pessoal. Aqui a família aparece como importante elemento para constituição da identidade dos sujeitos, sendo sua primeira instituição socializadora:

Antes de nascer, o nascituro já é representado como filho de alguém e essa representação prévia o constitui efetivamente, objetivamente, como filho. [...] posteriormente, essa representação é interiorizada pelo indivíduo, de tal forma que seu processo de representação é incorporado na sua objetividade social, como filho daquela família (CIAMPA, 1994, p. 161)

Jacques (1998) aponta que a identidade de trabalhador se constitui precocemente pela identificação com modelos adultos que são membros próximos da família e/ou pela inserção concreta no mundo do trabalho. Muitos dos feirantes, mesmo trabalhando no contexto urbano, se identificavam com a vida do campo durante a infância, pela lida e cultivos de alimentos, além da iniciação na tenra idade ao trabalho ao lado dos seus pais, na feira do Mercado Central. Por isso, o trabalho na feira aparece como algo naturalmente dado:

“Somos do sítio, da roça. É normal desde pequeno lidar com a terra, com bicho, com mato. Primeiro cresce ajudando. Depois trabalha por conta da gente mesmo.” (P.S 41 anos).

“A gente cresce assim, vendo pai e mãe vir pra feira. Já desde pequeno aprende a vender, o trabalho sempre fez parte da vida da maioria daqui desse Mercado.” (T. R, 57 anos).

A partir da construção da identidade no trabalho, surge no indivíduo o sentimento de pertencimento e reconhecimento de si, e também como é reconhecido por seus pares. É também através do trabalho que o homem dialoga com seu contexto, pois dedicando boa parte do seu tempo. Destarte, além de o trabalho ser atividade essencial do ser humano, garantindo-lhe a sobrevivência, ele é concebido como elemento constituidor das identidades individuais e coletivas.

Os feirantes do Mercado Central vivenciam o “mundo do trabalho” a partir da experiência cotidiana de ir para feira todos os dias, desenvolvendo uma atividade especializada e dividida em etapas. Tudo se organizada em função do trabalho na feira, na compra, na organização e na reposição dos produtos:

“Minha vida está nesse mercado. Minhas memórias de menina. Venho pra cá desde que eu me lembre, tinha uns 6 anos, acompanhando meus pais e ajudando a separar as coisas” (J.F 42 anos)

“A rotina é puxada. De 4 da manhã já tô no transporte para vir pra cá. Porque feira começa cedo. E em dia de reposição tem que ir cedo pra pegar as coisas boas. Se for tarde só tem o que ninguém quis. Só sobra” (J.S, 48 anos)

Vedana (2013) considera o “ser feirante” como uma profissão, que não é mera atividade momentânea, pois se constitui um projeto individual e coletivo, mesmo sendo um trabalho autônomo e por conta própria, ou seja:

É uma atividade que parte de uma decisão, de uma escolha realizada em determinado momento de suas trajetórias, foi esse caminho o que cada um deles decidiu seguir e para tanto aprendeu, especializou-se, estabeleceu formas de trabalhar e relações de trabalho com colegas, partilhou redes, ensinou e construiu uma trajetória. (VEDANA, 2013, pág: 47)

A questão da autonomia é vista como fator positivo para os feirantes, pois são donos do próprio negócio. “Ter a própria barraca” e “não ter patrão” aparece como determinante para o trabalho na feira ser atrativo. Durham (1978), ao pesquisar a relação entre cidade e trabalho, a partir das migrações da metade do século XX, aponta que o comércio informal e ambulante aparece como alternativa para trabalhadores, uma vez que não há rigidez nos horários, além da ausência da relação patrão-empregado.

“Tentei trabalhar formal, fichado, numa loja de material de construção”. Ficava no almoxarifado. Tinha coisa mais chata, não. É tão puxado como aqui. Lá é horário comercial, de oito às dezoito, mais sábado até às treze. Um salário e desconto. Aqui pra mim tá melhor, fica eu aqui na rua e minha mulher no corredor pras coisas saírem rápido. É mais dinâmico. Tem gente pra conversar, mais liberdade. Não é à toa que o meu menino que vir todo dia. Mas não trago não, porque fica solto, só de vez enquanto” (J. F, 42 anos)

Nardi (2006) diz que é por meio do trabalho que os indivíduos projetam o exercício da cidadania e sua inclusão na sociedade. Nesse sentido, o trabalho surge como contribuição social, uma vez que a sociedade deposita no trabalho e na atividade produtiva um status social. No caso dos feirantes, Vedana coloca:

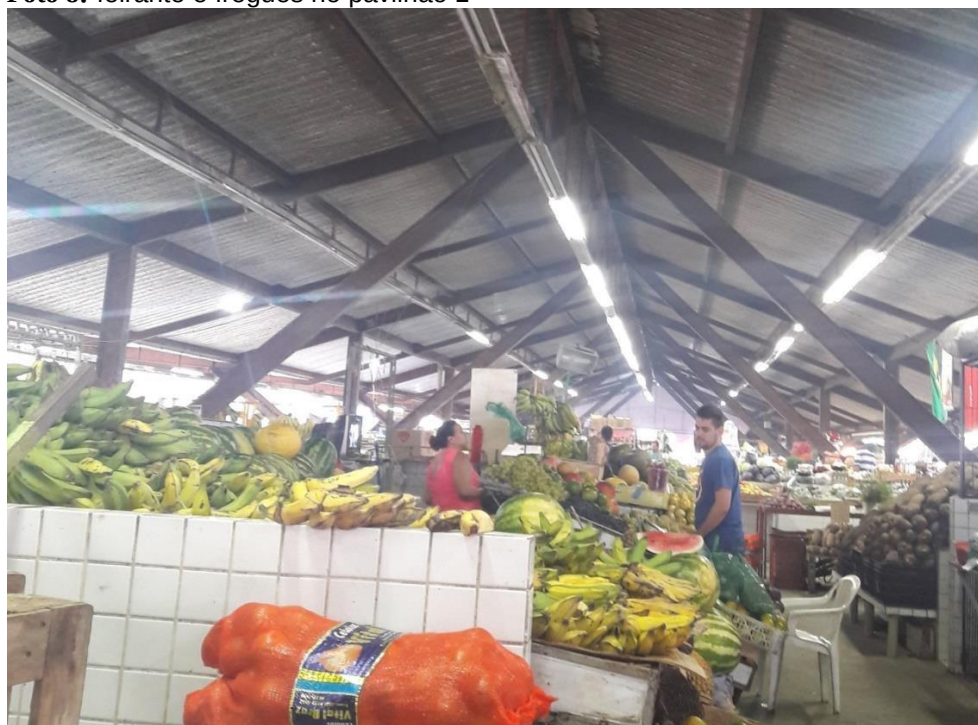
É importante considerar que o feirante participa das dinâmicas urbanas, seja na elaboração do mercado como um espaço de trocas e de sociabilidades, que são fundamentais para a vida citadina seja em suas táticas de reelaborar seu trabalho, tendo em vista as mudanças que o crescimento das cidades impõe às suas práticas. Ao mesmo tempo é esse trabalhador que trará para o espaço urbano os produtos do mundo rural, seja ele um produtor agrícola ou não. (VEDANA, 2013, pág. 46)

Por isso, esses trabalhadores urbanos da feira do Mercado Central constroem e reconstróem seus saberes ao longo da sua trajetória de vida e de trabalho. Por trás das formas e expressões de vender, além das promoções para atrair suas clientelas, os feirantes apresentam diferentes saberes concernentes à economia, a agricultura e a variação dos preços dos produtos conforme determinada época do ano.

“Entra ano sai ano, é crise, mudança de governo, mas as pessoas não deixam de comer. Há 30 anos tô nessa feira. Ofereço produto de qualidade, já tenho minha freguesia de tempo. Criei meus filhos através desse trabalho aqui na feira.” (J.C, 47 anos)

O trabalho na feira é uma atividade de sobrevivência, de construção de identidades e também de realizações. Apesar de a rotina ser exaustiva e pesada, nas falas e durante a observação de campo há momentos de interação e brincadeiras entre os feirantes entre si, e entre os feirantes e os fregueses. As relações de trabalho dentro do Mercado são marcadas pela cooperação e criação de laços afetivos. Quando algum feirante tem a necessidade de se ausentar da barraca para deixar ou buscar o filho na escola, ir ao banheiro ou comprar algo, outro feirante vizinho se prontifica em olhar a barraca do colega, vendendo seus produtos, caso apareça algum freguês.

Foto 8: feirante e fregues no pavilhão 1



Fonte: a autora (2018)

Como o trabalho acompanha a trajetória desses feirantes desde a infância, este acabou por ocupar um caráter simbólico na vida desses trabalhadores. A identificação desses trabalhadores com o “ser feirante” coloca a formação da identidade desse profissional também no campo da cultura, pois são saberes e práticas aprendidas e repassadas através de gerações. Zanelli (2002) compreende que o trabalho, além de atender as necessidades primárias dos indivíduos, se transforma em um meio para que o indivíduo tenha o sentimento de pertencimento a um grupo, bem como a constituição do sentimento de utilidade, de produzir e de aprender.

Foto 9: Corredor da entrada do Mercado Central



Fonte: autora (2018)

Souza e Tolfo (2009), durante o desenvolvimento da pesquisa com feirantes da cidade de Curitiba/PR, a respeito do significado do trabalho em condições precárias, constaram que a feira tem um papel que favorece a identificação social e a constituição do sentimento de pertencimento de “se sentir à vontade”, somado a abertura de oportunidades para o indivíduo dar sua contribuição social através da comercialização de seus produtos, embora o mesmo tempo seja um trabalho árduo, exaustivo e “puxado” Nesse caso, os valores atribuídos ao

trabalho são permeados pelos valores familiares, saberes e construção da atividade profissional familiar que atravessa gerações:

Percebeu-se que no contexto da feira, as crenças e os valores laborais são mediados pelos valores familiares, uma vez que, o trabalho, na maioria das vezes, é uma extensão da família. Em função de ser um negócio que envolve vários membros da mesma família, a rotina familiar se confunde com a do trabalho, pois grande parte das atividades da feira é levada para casa, como por exemplo, produzir peças de artesanato, preparar os alimentos previamente, etc. (TOLFO, 2009)

Segundo Jacques (2007), a inserção no mundo do trabalho possibilita ao indivíduo atribuir um valor social ao trabalho, além de conferir valoração moral ao ser tornar “um trabalhador”. Para os feirantes do Mercado Central, o trabalho ocupa um lugar simbólico e subjetivo, constituindo um meio de socialização e de identificação profissional, que em dado contexto sociocultural proporciona aprendizados para a vida através dos valores de dignidade, de honra e de disciplina:

Vale ressaltar que esta simbologia está totalmente associada à maneira como o sujeito interpreta sua inserção no mercado de trabalho e também à forma como percebe a própria atividade que executa, assim como o ambiente físico, social e psicológico que frequenta. Melhor dizendo, falar de subjetividade humana favorece inúmeras e diversificadas interpretações, ou seja, o trabalho pode ser visto de maneira produtiva, prazerosa, alegre e também de maneira árdua, infeliz. Além disso, trata-se de uma simbologia dinâmica e suscetível de inúmeras mudanças ao longo da vida profissional. (MORAIS e HANASHIRO, 2014)

Vilela e Rigon (2004) destacam que o significado do trabalho está relacionado ao sentido e ao valor que este ocupa da vida das pessoas. Tolfo et al (2009) aponta que a construção dos significados em torno do trabalho é um processo subjetivo que envolve tanto a história do indivíduo quanto o contexto que está inserido, ou seja, *“os significados são componentes cognitivos-afetivos elaborados pelos indivíduos na inter-relação com a sociedade a qual se insere, constituindo-se elementos da cultura e, por consequência, em componentes fundantes da própria condição humana”*. (TOLFO, 2009).

“Eu não consigo me imaginar longe dessa feira. Minha vida é isso aqui. Esse trabalho. Ser feirante foi o que meus pais me ensinaram. A dar valor as coisas conquistadas, trabalhadas. É bom trabalhar aqui, embora a prefeitura deixa a gente jogado.” (T. R, 57 anos)

“Eu mesma não tenho pretensão de sair aqui da minha barraca, não. Aprendi desde cedo isso aqui. Arranjar alguém para cuidar como a gente cuida não tem. Sair daqui

pra trabalhar de que? Só se for em casa de família. Prefiro a feira. Aqui não tem desaforo de ninguém.” (V. S, 38 anos)

“Pra gente que é mais velho isso aqui basta. Tá de bom tamanho. Esse trabalho no Mercado, na feira é basicamente nossa vida. A vida se resume na família e nisso aqui. Agora pra essa garotada aí mais jovem, tem mais possibilidades se levar os estudos a sério. Ou continuar o negócio da família, sem parar os estudos.” (Z. L, 52 anos)

É por isso que a presença de crianças auxiliando seus pais na venda de frutas e verduras e de adolescentes trabalhando por conta própria se apresenta como algo natural e corriqueiro. Rizzini (2013) pontua que nem sempre a família tem posicionamento crítico suficiente para ver a atividade da criança como “trabalho”:

“Isso aqui para eles é diversão. Se deixar é o dia todinho. Outro dia veio a conselheira tutelar atrás de mim. Mas disse que era férias escolares. (D. P, 36 anos)

“É normal ajudar. Todo mundo aqui se ajuda. Tô aqui trabalhando para colocar comida em casa, pagar as contas. As crianças vão ajudando no que podem quando estão aqui. Tem um canto aqui embaixo para ela dormir ó...” (P.S 41 anos)

“Se você vier todos os dias pra aqui durante um tempo, você vai ver que isso aqui ainda é um bico pra esses rapazinhos aí. Normal querer ter as coisas e trabalhar por elas. Nem sempre pai e mãe pode dar tudo o que quer. Muitos realmente fazem pra ter seu dinheiro próprio, outros porque não querem saber de estudar. Alguma coisa tem que fazer. Se não estuda, trabalha.” (J. S, 48 anos)

Ainda que percebam, principalmente quando relacionado aos adolescentes, e reconheçam que realmente a atividade é trabalho, eles (os adultos) consideram a prática completamente aceitável, uma vez que os “filhos de pobre tem que trabalhar”, como na fala de uma mãe sem interesse em grandes explicações. Isso corrobora a ideia de que nas classes populares a educação e a socialização do indivíduo se dão através do trabalho e mostra que este na sociedade capitalista e em um mundo do trabalho precarizado, as famílias entendem que incluir as crianças e adolescentes em suas atividades na feira se torna uma necessidade.

Outra preocupação observada nas falas dos pais está relacionada à ociosidade, ao horário vago, ao dia que a professora falta e não tem aula, ao contraturno do horário escolar. O não preenchimento do tempo com uma atividade produtiva, que gere retorno é vista como ameaça. Nesse ponto, o preenchimento do tempo através do trabalho garante principalmente

aos jovens adolescentes uma alternativa à “vagabundagem”. Souza Filho (1995) explica que esse tipo de pensamento aponta para uma ideologia enquanto um conjunto de representações e significações capaz de ocultar as raízes históricas e culturais por traz dessa realidade, na qual as diferenças sociais são vistas como o destino ou acaso.

É importante ressaltar que o feirante, enquanto trabalhador urbano – um comerciante - assume uma característica peculiar: não são operários fabris, tampouco são produtores rurais e agricultores (como seus pais foram muitas vezes), e ainda segundo Vedana (2013) *“não se constituem como sujeitos alienados de sua força de trabalho ou explorados, na medida em que são seus próprios patrões e donos do seu negócio – e aqui já entramos em uma outra ordem de problemas, pois não são também micro ou pequenos empresários”*. (VEDANA, 2013, pág. 45)

Nesses termos, os feirantes são trabalhadores que estão inseridos na condição de trabalho informal e precarizado, pois não possuem registro na carteira de trabalho e tampouco contribuem para a Previdência Social, ou seja, não têm garantia de segurança social como aposentadoria, FGTS e auxílio-doença. Ainda assim, como não tiveram muito tempo de estudo, o trabalho na feira é a alternativa para àqueles que cresceram no Mercado Central, apreendendo desde cedo à atividade laboral dos seus pais, e se mostra uma realidade já presente na vida de crianças e de adolescentes que ali frequentam.

3.2 O SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Para compreender a persistência do trabalho infantil no Mercado Central de João Pessoa foi essencial ouvir o que as crianças e os adolescentes têm a dizer sobre seu cotidiano e realidade de trabalho na feira. Durante as conversas e observação de campo ficou evidenciado que o trabalho para as crianças se distingue do trabalho para os adolescentes, uma vez que a necessidade e a obrigação de trabalhar se diferenciam para as duas categorias, pois além dos adultos considerarem ambos distintos, os próprios sujeitos se colocaram em lugares e posições diferentes.

Para Corsaro (2009), as crianças são produtos e produtoras de cultura, não se limitando apenas a reproduzir e imitar dos adultos, mas sim se apropriam do mundo, dando

outros sentidos e significados, onde *“as crianças apreendem criativamente as informações do mundo adulto para produzir suas culturas próprias e singulares.”* (CORSARO, 2009, pág. 34). Logo, conhecer as crianças se torna pertinente para compreender a sociedade e suas contradições.

Pinto e Sarmiento (1997) destacam que através do olhar das crianças podemos ver outros fenômenos sociais, o que visto pelo olhar dos adultos seria ofuscado. Daí a importância de pensar as representações sociais da infância como *“não apenas um meio de acesso à infância como categoria social, mas às próprias estruturas e dinâmicas sociais que são desocultadas no discurso da criança.”* (PINTO e SARMENTO, 1997, pág 25).

As crianças apresentam modos diferenciados de interpretação do mundo e de significação do real. As chamadas “culturas infantis” são *“um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e ideias que as crianças produzem e partilham com seus pares”*. (CORSARO, 2009, pág. 34). Nesse sentido, acabam por ser protagonista da sua história, dando significados próprios a realidade e aos contextos em que estão inseridas.

No caso específico do Mercado Central, é perceptível a grande quantidade de crianças pequenas, principalmente as que ainda não estão em idade escolar. Acabam acompanhando seus pais rotineiramente por falta de cuidadores em casa ou outra instituição, como as creches. A partir dos quatro anos de idade, as crianças presentes na feira, já dividem os turnos da escola com a presença no Mercado. E nesse período de tempo, o espaço da barraca é onde “treinam” para ser feirante, ao mesmo tempo em que competem quem vende mais, ou conquista mais fregueses. “Brincam” com linguajar utilizado pelos feirantes para atrair fregueses:

“Deu a louca nos meus pais. Agora é trinta ovos, sete reais. Vamo vamo. São trinta ovos por sete reais.” (W.G, 5 anos)

Entre a presença nas barracas de frutas e verduras de seus pais e a tentativa de conquista de fregueses, as crianças dividem seu tempo, antes do horário de ir para escola, com brincadeiras entre si. O espaço a céu aberto fora dos pavilhões cobertos do Mercado Central se transforma em um espaço cheio de possibilidades, principalmente atrás do corredor que se concentram a maioria das barracas não regularizadas. Brincar de subir na árvore, de atirar pedrinhas, pique-pega e esconde-esconde, faz parte das diversas brincadeiras que as crianças

utilizam para preencher o tempo, quando não interrompidas pelos adultos para voltarem mais para perto, “aos olhos dos pais”.

Foto 10: Crianças brincando na árvore



Fonte: autora (2018)

Durante os momentos em que estavam na barraca, os pais encontravam alguma atividade para entretê-los para não “ter que ficar o dia todo solto pelo mercado”. Esse cuidado era justificado pela violência, pela presença de usuários de drogas e pela prostituição que também estão presentes no Mercado Central, pois “de vez quando matam um aqui. Acerto de conta”, disse um feirante.

Entre as atividades estavam separar pequenas porções de batata, tomates, cebola e pimentões que são vendidas a preço único nas barracas fora dos pavilhões. Para as crianças mais velhas, entre oito e doze anos de idade, outras atividades eram incluídas como debulhar feijão verde, ou podiam ficar na barraca, enquanto o responsável ia ao banheiro ou saía para comprar algo, com a ajuda dos “olhares” dos feirantes amigos.

“Aqui no Mercado é legal quando vem mais criança. Porque dá para fazer mais brincadeiras. Assim um número maior. Quando tá só eu e L, daquela barraca ali, não

tem como brincar de esconde-esconde. Só ficamos subindo na árvore aqui perto. Porque não pode ir pra longe”. (R. S, 8 anos)

“Lá fora é mais legal para brincar. Mas minha mãe não deixa eu sair daqui de perto. Porque não tem como ela olhar eu. Então tenho que ficar aqui dentro perto dela.” (L, S, 10 anos)

Ao ouvir o que as crianças têm a dizer sobre sua percepção sobre o cotidiano e sobre o trabalho na feira do Mercado Central, é perceptível que a ida com seus pais para feira é a única alternativa, porque não tem com quem ficar fora do turno escolar. Raramente os pais as deixam sozinhas em casa. E durante a época que estavam todos os dias, nos meses de férias escolares, se consideravam trabalhadoras, pois passavam o dia inteiro na feira.

“Como nas férias não tem escola, eu venho pra cá trabalhar ajudando mãe. Eu gosto de ajudar aqui na feira. Aqui porque tem muita gente e movimento. E gosto de ficar mais mãe. Nas férias fico vindo todos os dias.”(L.S, 10 anos)

“Vou pra escola à tarde. Então venho para cá e fico vendendo. Mais brincando do que vendendo. Porque a tarde eu estudo. Então não tem muito tempo pra fazer tudo isso” (R. S, 8 anos)

Nesse aspecto, as crianças parecem transformar o que, em um primeiro momento, é desgastante e entediante, em brincadeiras e distrações. Principalmente quando ficam na barraca perto de seus pais. Ao mesmo tempo em que se percebem diferentes dos adultos, se sentem incluídas dentro do contexto familiar quando participam de algum processo relacionado ao trabalho de seus pais:

“Nossa, eu fico muito feliz quando consigo pegar mais freguês pra minha mãe vender mais. Ainda não consigo vender muito porque não sei dá troco”. (J.P, 7 anos)

Foto 11: Menino curioso com o que tem dentro do carrinho-de-mão



Fonte: autora (2018)

Portilho e Tostatto (2014) apontam que é pertinente considerar as crianças como sujeitos ativos e não como sujeitos incompletos, vistos como meros reprodutores do mundo adulto, pois:

As crianças realizam processos de significação que são genuínos e específicos, ainda que atrelados ao tecido social do qual também são atores e artesãos. As culturas da infância exprimem a cultura societal em que as crianças estão inseridas, mas fazem-no de modo distinto das culturas adultas, pois veiculam, ao mesmo tempo, formas especificamente infantil de inteligibilidade, representação e simbolização do mundo. (PORTILHO e TOSTATTO, 2014, pág. 741).

O momento mais propício para falar com as crianças era quando os pais se ausentavam da barraca ou quando algumas delas chamavam para dar “uma volta” no Mercado, pois ainda que fosse possível conversar com elas na presença dos adultos, as falas dos pequenos eram complementadas, quando não interrompidas por algum dos pais. Durante as brincadeiras com outras crianças, os pequenos participantes dessa pesquisa não demonstravam muito interesse

em ficar explicando sobre o dia-a-dia na feira, pois a brincadeira se mostrava mais interessante, mais ainda sim ficavam curiosas e se mostravam prestativas quando era para explicar a relação de trabalho delas na feira:

“A parte mais ruim é só acordar mesmo. Porque ainda tá escuro. Mas quando chega aqui começa o movimento. Já tem sol. Aí o sono passa. Chego aqui e coloco as coisas na barraca. Separo o que tá já meio estragado. Nem sempre brinco, porque não é sempre que todo mundo vem. Nesses dias o tempo passa mais devagar, até o horário da aula.” (L. S, 10 anos)

“Eu fico cansado às vezes, porque tem que vir cedo. Aí como estudo de manhã, depois da aula tiro um cochilo aqui de baixo. As vezes quando não tem aula minha mãe deixa eu ficar em casa. E mesmo quando não tem aula muitas das vezes eu venho com ela, porque não tem muito o que fazer o dia todo em casa.” (J. L, 11 anos)

A ida para o Mercado Central se torna mais interessante quando existe a presença de outras crianças, pois há maiores possibilidades de brincadeiras e convivência entre pares. Nos dias em que as crianças ficam mais tempo na barraca de frutas e verduras trabalhando, coincidem com os dias que os amigos e parceiros de brincadeiras não vão. Então a alternativa é se “entreter”, “trabalhar ajudando os pais”, ou “vender mais rápido”.

Quando questionadas sobre a frequência escolar, crianças demonstravam gostar de estudar e de aprender, e dividiam seu tempo entre brincar, trabalhar (ou “ajudar”) e estudar. Mesmo trabalhando na feira, as crianças falavam das profissões futuras quando “terminassem a escola”:

“Quando a escola acabar, eu vou ser professora. Corrigir o dever de casa dos alunos e preparar prova”. (L.S, 10 anos)

“Eu gosto de estudar. Quero ser motorista de ônibus ou de caminhão. Quero dirigir pegando naquele volante grande que tem que fazer assim ó (fez o movimento) para dobrar na rua” (R.S, 8 anos)

No que diz respeito entre defasagem e idade escolar, em relação às crianças, apenas L, S. de dez anos apresentava atraso na leitura, o que ela mesma justificou porque morava no interior com sua avó e sua mãe estava morando em São Paulo no período, então ela ficou um ano sem frequentar a escola.

“Assim, agora mãe vai ficar me acompanhando, ajudando nas tarefas. Coisa que vó não fazia. Não sabia. Ela (mãe) tá muito preocupada porque ainda não sei ler, mas prometi pra ela que ainda esse ano aprendo.” (L.S, 10 anos)

Ainda sim, nas falas das crianças, a escola aparece como lugar de estudo e o Mercado Central, se mostra um espaço que possibilita a divisão do tempo delas entre brincadeiras, trabalho ou simplesmente na “ajuda aos pais”.

“Na escola é para aprender ler e fazer conta. Só tem 15 minutos de recreio, não dá pra brincar de quase nada. Em sala de aula tem que ficar sentado prestando atenção no que a professora ensina.” (J. P, 7 anos)

“Eu venho pra cá pro Mercado à tarde, depois da aula. Ajudo um pouco meus pais, quando tem mais crianças eu brinco, e quando tem muita tarefa de casa, adianto logo aqui. Minha mãe pergunta sobre a tarefa. Se tem tarefa. Brinco mais aqui e quando estou com os meninos da rua lá de casa” (J. L, 10 anos).

Quando questionadas sobre a recompensa monetária quando vendem ou conseguem mais fregueses para seus pais, todas relataram que os pais dão umas “moedinhas” ou “dois reais” que comprem de balas, pipocas ou mesmo lanche quando estão na escola. Aos sábados algumas delas relataram que ao sair da feira, depois do expediente de trabalho dos pais, vão para o Parque Solon de Lucena (Lagoa), brincar no parquinho e no pula-pula.

Foto 12: Crianças brincando fora dos pavilhões



Fonte: autora (2018)

As brincadeiras e a existência da companhia de outras crianças aparecem como fatores fundamentais para a permanência na feira do Mercado Central ser “boa” e “divertida”. A ludicidade e convivência entre pares, que são componentes das culturas infantis, promovem a interação e a imaginação entre as elas, e o espaço do Mercado, apesar de ser movimentado e barulhento, é transformado, pelas crianças, em um espaço lúdico, pois *“o brinquedo e o brincar são também um fator fundamental da recriação do mundo e na produção das fantasias infantis”* (SARMENTO, 2004, pág. 26).

Foto 13: Crianças na entrada do Mercado Central



Fonte: autora (2018)

É através do convívio, da apropriação, da reinvenção e da capacidade de extrair do contexto àquilo que lhes interessam que as crianças dão um novo significado e sentido ao período que estão no Mercado Central, o que Sarmento (2004) aponta como cultura de pares. Dificilmente havia crianças brincando sozinhas nos espaços do Mercado, pois brincavam em grupos formados de três a cinco crianças. Nesse caso, a brincadeira se apresenta como *“um processo coletivo que envolve a coordenação de ideias, papéis, significados e ações, exigindo constantes negociações e ajustes pelas crianças.”* (BORBA, 2005, pág. 123)

No que concerne aos adolescentes, o trabalho tem grande valor e significado moral. Além de ganhos financeiros e ocupação do tempo, o trabalho é considerado também uma virtude, uma forma do jovem se sentir e ser valorizado pela comunidade a qual está inserido. Essa questão é explicada pela concepção de que os jovens de classes populares são mais vulneráveis às influências de seu contexto social, logo estariam mais predispostos à criminalidade. Assim, por volta dos quatorze anos de idade, o jovem é incentivado pela própria família a arcar com parte de seu sustento e ser responsável por cobrir parte das despesas da casa.

“Trabalho aqui porque aqui dá pra eu pagar gás e luz em casa. E posso sair com os amigos. Meu pai não dá dinheiro para gastar com besteira e como sou homem já, tenho que ter dinheiro para gastar com que eu quiser” (M. C, 17 anos).

“Não sou vagabundo. Tenho meu valor. Tudo que compro pra mim, ajudo minha família vem através do trabalho aqui no Mercado. Às vezes tem festa, a gente que ir com a roupa mais ajeitada. Tem que trabalhar para poder comprar” (J. D, 15 anos)

A autonomia e a independência também são outros fatores predominantes nas falas dos jovens trabalhadores do Mercado Central. Calligaris (2000) na tentativa de definir o adolescente, aponta que nesse momento da vida o indivíduo já assimilou as normas e valores da sociedade. O corpo já é capaz de realizar as atividades que são demandadas através da maturação física, o que desencadeia a imposição da moratória¹⁷ por parte da comunidade sobre esse adolescente. Assim, para o autor o adolescente é alguém:

1. Que teve o tempo de assimilar os valores mais banais e mais bem compartilhados na comunidade (por exemplo, no nosso caso: destaque pelo sucesso financeiro/social e amoroso/sexual);
2. Cujo o corpo chegou a maturação necessária para que ele possa efetiva e eficazmente se consagrar às tarefas que lhes são apontadas por esses valores, competindo de igual para igual com todo mundo;
3. Para quem, nesse exato momento, a comunidade impõe uma moratória. (CALLIGARIS, 2000, pág. 15)

¹⁷ Para CALLIGARIS (2000) a existência de elementos culturais para a percepção e compreensão da adolescência faz com que a sociedade negue em aceitar que o jovem (adolescente) seja responsável pelos seus atos. A partir de uma visão psicanalítica esse autor demonstra que a adolescência é um fenômeno contemporâneo, e que embora o jovem esteja pronto para o amor, para o sexo e para o trabalho, a sociedade instala a “moratória”, afim de prolongar essa fase da vida, e o indivíduo continue sendo tutelado pelos adultos. Dessa forma, CALLIGARIS aponta que o adolescente por ter seu papel pouco definido, tenta sempre saber o que querem dele.

Nesse sentido, a partir de determinada idade o jovem começa a ser cobrado pelo seu próprio contexto social, a assumir certas responsabilidades para consigo e para com sua família. Pereira et al (1994) destaca que com o que ganham em casa, os adolescentes colaboram com parte das despesas da casa, além de poupar a família de gastos, uma vez que arcam com suas vestimentas, lazer e também alimentação.

Diferentemente das crianças, o trabalho dos adolescentes na feira do Mercado Central, tem frequência e horários definidos. Muitas das vezes está o trabalho na feira está associada a pouca frequência escolar e a evasão. Rizzo e Chamon (2011) destacam que o processo que leva o adolescente a assumir certos papéis destinados antes aos adultos em nossa cultura, acarreta amadurecimento psicológico, pois ao invés de ser consumidor da renda familiar, se transformam também em provedores.

Foto 14: adolescente na entrada do Mercado Central



Fonte: autora (2018)

Amazarray et al (2009) aponta que a condição financeira da família dos adolescentes é fator determinante para a entrada precoce destes no mundo do trabalho. Além disso, os autores apontam que é comum nas classes populares, os pais terem a concepção de prover o

sustento de seus filhos até o término do Ensino Fundamental, sendo depois disso os adolescentes responsáveis por parte de seu sustento e demandas. Como são jovens de origens humildes, precisam trabalhar para prover certos gostos e consumos típicos da idade como celulares, roupas e diversão/lazer, pois os pais não tem condição e acreditam que os adolescentes devam arcar com seus “gostos”, ou seja, *“o trabalho representa independência e constitui a base para o consumo, ainda que em patamares mínimos, de bens valorizados socialmente e que a família não pode financiar.”* (AMAZARRAY et al, 2009, pág. 331)

Foto 15: Adolescente do corredor do pavilhão 1



Fonte: autora (2018)

Durante os meses de trabalho de campo no Mercado Central, foi observado que os adolescentes trabalham sozinhos ou compartilham da atividade laboral de algum membro da

família. Nesse caso, o trabalho não tem sentido de “ajuda”, pois é através dele que o adolescente consegue sua autonomia e independência dos pais, e se diferenciam das crianças.

“Não sou mais criança né, que depende de pai de mãe pra tudo. E só quer brincar. Até os 11 ou 12 anos acho que era mais ou menos assim. Aí a gente cresce, a necessidade aumenta, quer sair, comprar as coisas, e não dá para ficar pedindo pra mãe dá. E já tenho capacidade para assumir minhas coisas e minha vida. Gosto de ter meu dinheiro.” (C. S, 16 anos)

“É época de responsabilidade, de pensar no futuro e não ficar na dependência dos pais. Por isso tem que trabalhar, senão dá para coisa errada, que nem os boy lá de cima, que só quer vida fácil. Ali tem destino certo, é Roger ou cemitério. (D. C, 15 anos)

Em relação os estudos, dos cinco adolescentes que aceitaram fazer parte da pesquisa, um não deu continuidade aos estudos após o término do Ensino Fundamental, outros dois estão fazendo supletivo e dois estão no ensino regular. Nas falas eles compreendem a importância de terminar os estudos, porém consideram difícil conciliar o trabalho na feira com os estudos, pois há uma necessidade imediata do retorno financeiro.

“O estudo exige tempo. E assim preciso de grana. Ir para escola não faz eu ganhar o que ganho em dinheiro. Sei que é besteira pensar assim. Mas preciso agora de ter meu dinheirinho” (P.C, 15 anos)

“Tô fazendo o supletivo para ter o diploma do Ensino Médio. Assim dá pra ter o trabalho de carteira. Ou fazer outra coisa. Mas, pelo menos aqui na feira quando o movimento tá bom consigo uns 150 por semana.” (M. C, 17 anos).

Carvalho (2004) aponta que os pais também sabem da importância da educação para a consolidação de um futuro melhor para seus filhos, mas não conseguem compreender que as atividades extracurriculares fazem parte do aprendizado escolar. Logo, preferem alocar o tempo dos filhos para o trabalho como forma de ganhar responsabilidade, ter dignidade e honra:

O trabalho precoce geralmente não chega a impedir a frequência à escola [...]. Contudo, ele está associado à repetência, à defasagem idade/série e a um atraso cumulativo que levam ao abandono da escola com baixos níveis de escolaridade, não apenas pela condição de atividade das crianças, mas pelas características e qualidade da escola (CARVALHO, 2004, pág. 55).

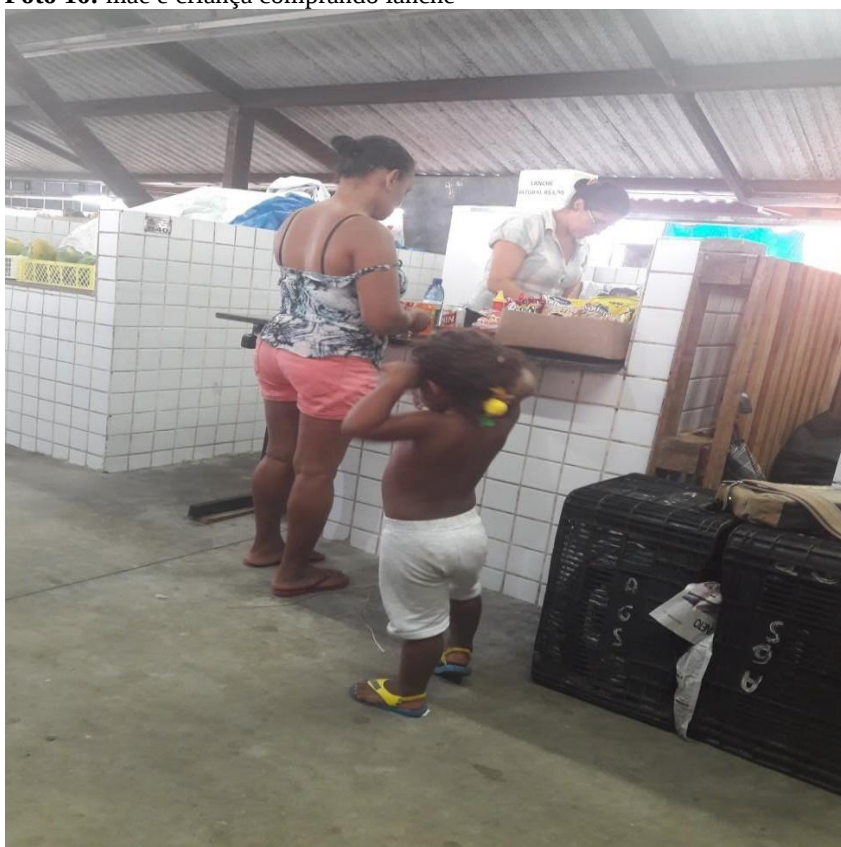
Assim como muitos outros jovens de classes populares, os adolescentes trabalhadores do Mercado Central enfrentam as contradições do mercado de trabalho que cobra maior qualificação e profissionalização para alcançar melhores condições de vida e de trabalho no futuro, ao mesmo tempo em que as ausências do Estado e o reflexo da cultura do trabalho, evidenciada principalmente pela família, influencia a entrada precoce no setor produtivo, fazendo com que assumam desde certo responsabilidades financeiras consigo e com sua família, o que leva a uma adultização precoce desses jovens.

3.3 CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA FEIRA: AUSÊNCIAS E LACUNAS DO ESTADO

Durante as conversas com as famílias de feirantes que tinham crianças e que as levavam para feira do Mercado Central foi perceptível a unanimidade da justificativa de não ter com quem deixar os filhos no contraturno escolar, além da expressa falta de vagas em creches públicas, acarretando a ida rotineira de crianças menores, que não estão em idade escolar, para o Mercado Central.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) do ano de 2017, um terço das crianças de 0 a 3 anos mais pobres do Brasil está fora da creche por falta de vaga, o que faz a educação infantil ser umas das etapas mais desiguais da educação.

Foto 16: mãe e criança comprando lanche



Fonte: autora (2018)

Como muitos dos pais trabalham em regime familiar, não podem contar com a rede de solidariedade pelo parentesco, então a alternativa que resta é levá-las para a feira. Além da falta de vaga em creche perto do trabalho dos pais e o preenchimento do tempo das crianças no contraturno escolar, outro incômodo relatado pelos pais é a falta de aula, horário vago e “expediente interno” nas escolas municipais, o que acarreta também a maior alocação do tempo da criança na feira:

“Uma vez ou outra não tem aula. Imagina se fosse trabalhar fichado como era pra fazer com esses meninos? A maioria dos empregos não aceita filho junto, principalmente se for em casa de família” (D. P, 36 anos)

“Se deixar em casa, criança apronta. Tenho receio com esse negócio de fogão, de ficaram em casa só e acontecer um acidente. O conselho vem atrás de mim. Aqui já vieram várias vezes pra ver se eu não tô colocando para trabalhar, mas sempre digo que é período de férias ou que não teve aula” (V. S, 36 anos).

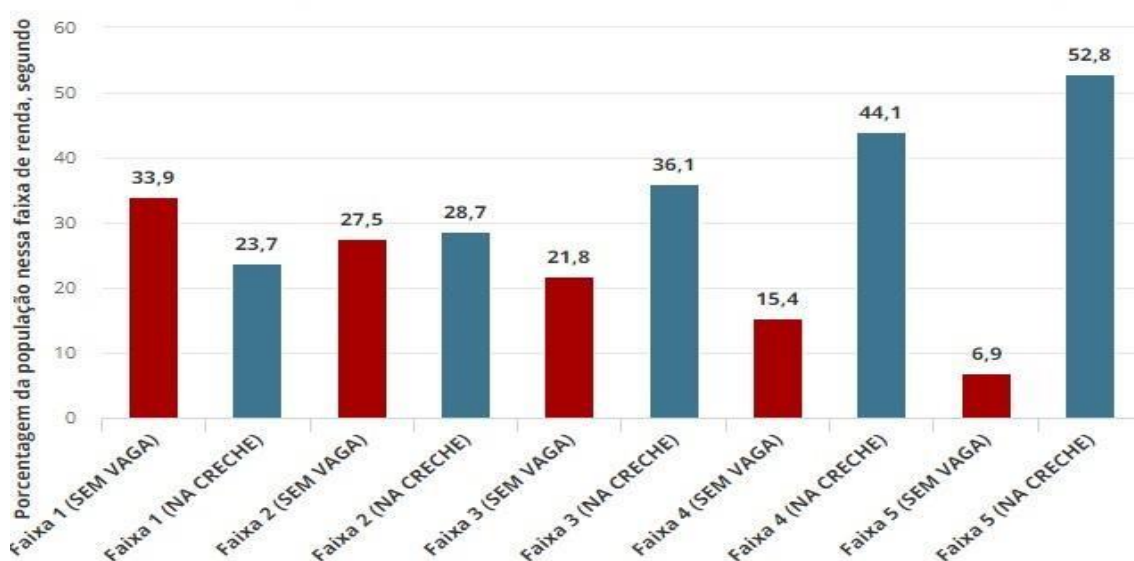
O art^a 400 da Consolidação das Leis Trabalhistas garantem as mães trabalhadoras direito ao berçário ou creche nos locais de trabalho enquanto estiver em período de amamentação, sempre que a empresa tiver trinta ou mais mulheres trabalhando. Porém, para aquelas que são trabalhadoras autônomas, como no caso das trabalhadoras feirantes, o perfil não se encaixa. E mesmo para concorrer a uma vaga em creche próxima a sua residência ou local de trabalho depois de enfrentar uma longa fila de espera, as mães feirantes se queixaram dos critérios estabelecidos, pois a prova que se está realmente trabalhando se dá através da Carteira de Trabalho assinada.

“Ninguém aqui tem carteira não. Trabalha todo mundo por sua conta. É difícil ter vaga. Tem fila de espera. Quando aparece é barrado porque não tem como provar que trabalha aqui na feira.”(D. P, 36 anos)

A Lei 12.796/13 torna o ensino obrigatório entre os 4 e os 17 anos de idade. Entre os 0 aos 3 anos de idade a matrícula é facultativa. Porém como o direito a educação está assegurado constitucionalmente, o poder público tem obrigação de garantir vagas se existem demandas. Os dados da PNAD de 2017 mostram que há uma associação entre renda a escolaridade da população, que começa na idade pré-escolar. Pelo Plano Nacional de Educação (PNE) até 2024, o Brasil precisa garantir que 50% da população de 0 a 3 anos estejam matriculadas em creches.

Grafico 3: Crianças mais pobres tem menos acesso a creche

Cada faixa de renda representa 20% da população, em ordem crescente de renda domiciliar per capita



Fonte: PNAD (2017)

Existe também a preocupação quantos aos cuidados relacionados às crianças, uma vez que existe, mesmo em camadas populares a visão estereotipada da creche como local de “depósito de crianças”, destinadas somente a crianças carentes, cujos pais não têm condição de pagar alguém para cuidar ou contar com o apoio familiar. Nesse caso, foi perceptível a preocupação com a qualidade e com os cuidados que as crianças menores necessitam. Por isso os pais preferem levar para a feira do Mercado Central junto com eles.

Em relação às crianças maiores, onde deveria haver cobertura de políticas públicas e a aplicação de programas sociais, não houve nenhum informante que estivesse inscrito em algum programa de erradicação ao trabalho infantil, embora muitas das famílias ganhassem o Bolsa-Família. Kassouf et al (2004) mostram que o programa não exige dos responsáveis a retirada da criança em situação de trabalho, embora tenha em seus objetivos a contribuição para redução do trabalho infantil. Essa questão merece atenção. Alberto e Yamamoto (2017) analisam as mudanças concebidas pelo governo brasileiro nas políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil, analisando o caso específico do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)¹⁸. Tal programa tem como objetivo retirar crianças e adolescentes de 7 a 15 anos de idade da situação de trabalho, garantido acesso à escola e a atividades extracurriculares, como atividades artísticas, culturais e esportivas, bem como reforço escolar, no contraturno do horário regular da escola. Com início em 1996, como ação no Governo Federal com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), O PETI tinha como objetivo combater o trabalho de crianças e adolescentes em carvoarias da região de Três Lagoas (MG). Aos poucos, sua cobertura foi ampliada progressivamente para todos os estados brasileiros.

Ao retirar crianças e adolescentes da situação de trabalho considerado penoso, perigoso e degradante, o PETI articulava ações que condicionam o recebimento de auxílio financeiro à frequência escolar, bem como incluía também as famílias, que participavam de atividades de qualificação profissional:

A família inserida no PETI recebia, por criança ou adolescente, uma bolsa no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para quem residia na zona rural ou nas cidades com menos de 250.000 habitantes e R\$ 40,00 (quarenta reais) para os que residiam em áreas urbanas com mais de 250.000 habitantes. Para isso, a criança ou o adolescente

¹⁸ De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o PETI é um programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que engloba transferência de renda, trabalho social com as famílias e oferta de serviço socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho.

teria que obter frequência mínima de 75% na escola e na jornada ampliada do programa (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], 2004). Aliás, as atividades de contraturno receberam diferentes denominações: inicialmente como “Jornada Ampliada”, nomenclatura da Portaria do MDS nº 458 de 2001 do PETI; “Ações Socioeducativas”, nomenclatura da Portaria MDS nº 466 de 2005 do PETI; “Serviço Socioeducativo”, nomenclatura da instrução operacional da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS nº 01 de 2007 (MDS, 2010a). (ALBERTO e YAMAMOTO, 2017, pág. 1682)

Em 2005, houve a integração do PETI ao Programa Bolsa Família (PBF), retirando o foco do trabalho infantil, e redirecionando-o para transferência de renda e pobreza, ou seja, com a junção desses dois programas, o PETI acabou por ser descaracterizado, pois não mais se focalizou e priorizou as ações educativas que estavam objetivadas na primeira versão do programa. Kassouf et al (2004) aponta que com a unificação de vários programas de transferência de renda, a atenção principal deixa de ser a assistência e a ao indivíduo proteção, direcionando o foco para proteção a família.

Cacciamali, Tatei e Batista (2010) apontam que o Programa Bolsa Família é eficiente em elevar a frequência escolar das crianças em contrapartida que não diminui a incidência do trabalho infantil. Essa questão é corroborada por Cardoso e Souza (2004) que revelam que os programas de transferência de renda não apresentam efeitos significantes sobre a incidência do trabalho infantil, mas tem efeitos sobre a frequência escolar, ou seja, além da insuficiência dos benefícios serem fator para a continuidade da criança em situação de trabalho, outros estudos mostram inconclusivo quanto à família decidir alocar o tempo da criança para o trabalho. (CARDOSO e SOUZA, 2004; FERRO e KASSOUF, 2005). Nesses termos, embora o Programa Bolsa Família objetive também a redução do trabalho infantil, o mesmo não é o suficiente, pois não oferece propostas educativas e extracurriculares no contraturno escolar:

A diferença nos resultados se deve ao fato de o Peti oferecer atividades extracurriculares para manter as crianças ocupadas ao longo do dia, reforçando as evidências de que a ampliação da jornada escolar ou a introdução de atividades extraclasse são eficientes para reduzir a ocorrência de trabalho produtivo das crianças. (CACCIAMALI, TATEI e BATISTA, 2010, pág.278)

No que diz respeito aos adolescentes, essas questões estão somadas às necessidades de custear seu próprio sustento, livrando a família de gastos com vestimentas, lazer e muitas das vezes a alimentação também. A autonomia em relação aos pais garantida pelo ganho do seu

próprio dinheiro com estímulo da própria família faz com que adolescentes priorizem o trabalho.

Schwartzman (2005) em pesquisa que avalia os impactos do Programa Bolsa Escola ressalta que o aumento da matrícula e frequência escolar é devido às condições impostas pelo programa, concluindo que as crianças não deixam de ir para escola porque trabalham, e sim por falhas inerentes do próprio sistema escolar. No caso do Mercado Central a baixa qualidade de oferta de vagas que se iniciam na Educação Infantil estendida pela ausência da educação integral no Ensino Fundamental com oferta de atividades extracurriculares faz com que as crianças continuem dividindo seu tempo entre estudo e trabalho.

Aos adolescentes, o desinteresse, a falta de estímulo e exemplo para prosseguimento faz com que os estudos sejam entendidos como investimento em longo prazo e bastante custoso para quem tem necessidades imediatas para serem supridas. Essa questão insere também em discussão o distanciamento ente contexto dos jovens e ambiente escolar, traduzindo-se em repetências, o que justifica aos jovens estarem em supletivos para alcançar a conclusão do Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a antiguidade o trabalho se fez presente na vida cotidiana das crianças, seja em atividades domésticas, como também em atividades de subsistência. A distinção entre trabalho e trabalho infantil explorado é algo que nasce junto com as primeiras inquietações concernentes à criança e aos jovens trabalhadores, influenciadas pela emergência do capitalismo e o uso indiscriminado da mão-de-obra infantil nas fábricas. Nas comunidades tradicionais, as crianças viviam misturadas aos adultos, e como aponta Ponce (1996), a partir de sete anos de idade as crianças já acompanhavam os adultos em todos os seus trabalhos e os ajudavam de acordo com sua capacidade.

No período medieval o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem, a criança aprendia pela prática, o que era uma forma muito comum de educação. Nas cidades as crianças realizavam as tarefas domésticas e também eram incluídas nas corporações de ofício com intuito de desenvolver trabalhos artesanais como aprendizes. No campo, trabalhavam junto com os adultos e a transmissão de conhecimento se dava através da participação da vida familiar.

Com a Revolução Industrial e a emergência do modo de produção capitalista o uso do trabalho infantil se dá de forma explorada em ambientes insalubres e com jornadas de trabalho que chegavam a 16 horas diárias, além das péssimas condições de higiene, de segurança e os castigos físicos que eram praticados contra as crianças. Com a consolidação do capitalismo, há também a separação da esfera pública da esfera privada, o surgimento do “sentimento de família” e a maior preocupação com a educação das crianças das camadas mais abastadas da população, fazendo emergir a instituição escolar, separando as crianças dos adultos e sendo responsável pela educação destas.

No Brasil, a colonização portuguesa trouxe consigo o trabalho infantil com viés econômico, muito diferente daquele praticado pelas crianças na educação doméstica através do trabalho de subsistência indígena. As crianças foram alvo fácil para a educação dos jesuítas, que propuseram diferentes projetos educativos para infâncias distintas.

Rizzini (2009) descreve que as primeiras instituições direcionadas para as crianças no Brasil tiveram caráter assistencial e de controle da população pobre e marginalizada, uma vez que para o menor abandonado e delinquente o trabalho seria a melhor solução para sair da vida desviante. Logo, historicamente sempre houve no Brasil a distinção entre as crianças a

partir das classes a que pertence. Marcilio (2006) pontua que o próprio termo “menor” ganhou conotação pejorativa na esfera jurídica, pois a infância abandonada tinha maior propensão para a vadiagem e para os juristas era caso de polícia. Souza (2007) também chama atenção para o conceito de “menor”, que passa a assumir conotação de “criança pobre” e abandonada”, se cristalizando no senso comum e imaginário da sociedade, tanto no sentido jurídico quanto ideológico.

Antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 às questões relativas à infância eram tratadas no campo do amparo e da assistência, inclusive os asilos infantis, as creches e a pré-escola. Embora muitos avanços concernentes à proteção da infância foram normatizados através de dispositivos constitucionais e assinaturas de tratados internacionais, somente a partir da década de 1980 que as instituições de educação assumem caráter educativo e de direito das crianças com vistas à promoção da aprendizagem, do desenvolvimento de habilidades e da construção do conhecimento. A responsabilidade pela criança e pelo adolescente foi descentralizada, sendo a sociedade civil também responsável por estes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado sob Lei 8.069/1990 e traz consigo os avanços obtidos no campo dos direitos e de proteção à infância e ao adolescente, proibindo o trabalho infantil para menores de 18 anos e garantindo direitos trabalhistas para aqueles se encontram em condições de aprendizes. Embora da década de 90 até os dias atuais muitas políticas públicas e programas foram criados com intuito de combate ao trabalho infantil, os dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que ainda é grande o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho. Esses dados quando associados as pesquisas mostraram que atualmente o trabalho infantil ocorre mesmo em circunstâncias em que existem matrícula e frequência escolar. O caso das crianças e adolescentes que trabalham na feira do Mercado Central não foi diferente.

Quando foi proposta a pesquisa junto às crianças e aos adolescentes que trabalham na feira, a ideia e a visão que estavam concebidas eram de um trabalho infantil explorado sem estar associado à escola e aos estudos. O que foi aos poucos sendo desconstruído através do campo e do dia-a-dia acompanhando a rotina dos feirantes. As crianças continuavam indo à escola, pois muitas das famílias aos quais pertencem são beneficiárias do Programa Bolsa-Família. No contraturno essas crianças vão para o Mercado Central e seu trabalho era transpassado como forma de “ajuda” na visão e percepção dos adultos e como forma de educação e disciplina.

A cultura do trabalho, cultivada desde o período pós-abolição como forma de garantir a perpetuação do sistema de classes e as diferenças sociais dos indivíduos, foi incutida no imaginário social, principalmente entre a população pobre, fazendo-os acreditar que o trabalho dignifica o homem e é a maneira que este tem de demonstrar seu valor, gratidão e contribuição para a sociedade. Logo, aquilo que para as classes dominantes era degradante e negativo, foi distribuído através de discursos e práticas para as classes populares como algo positivo. O trabalho passa a ser a solução para os que tinham tendência ao crime, o que reverbera até os dias atuais, entre a população trabalhadora, e entre os feirantes do Mercado Central. Ser feirante e trabalhar na feira faz parte da identidade daqueles que cresceram trabalhando e ajudando seus pais.

Nesse aspecto, é compreensível que mesmo as crianças em que as famílias sendo beneficiárias de programas de transferência de renda continuem trabalhando, pois culturalmente e historicamente foram incentivadas para isso. A educação, como evidenciado nas falas dos adultos é concebida através da socialização pelo trabalho, o tempo ocioso do contraturno escolar deve ser preenchido para formar o caráter, a honra, a responsabilidade e a disciplina, principalmente quando se chega à adolescência. A difusão dos novos conceitos relacionados ao trabalho possuía uma fundamentação ideológica, assumindo caráter de moralização para o indivíduo, por isso aparecem diversas *“razões que para justificar a sua obrigatoriedade para as classes populares”*. (CHALHOUB, 2001).

Nas memórias dos feirantes do Mercado Central, o trabalho sempre esteve presente na infância, e embora tenha sido uma infância difícil, diferente da atual, muitos acreditam que foi através do trabalho e dos ensinamentos que seus pais passaram que ajudou a formar aquilo que são hoje. Por isso, transparecem dedicação e amor pelo trabalho na feira, naturalizando a presença de seus filhos e dos adolescentes que hoje trabalham no Mercado Central. Embora saibam da importância da educação escolar para seus filhos como fundamental para conseguir melhores salários, os feirantes não consideram um problema levá-los para a feira, pois além de não terem com quem deixá-los, o trabalho é tido como “ajuda” quando praticado por crianças e socialmente aceitável quando praticado pelos adolescentes. Está ocupado em alguma atividade tida como produtiva é responsável pela formação da disciplina e da identidade, logo, é visto como forma de aprendizado, proporcionando ensinamentos que a escola não pode suprir.

As justificativas apontadas pelos feirantes para levar seus filhos estão relacionadas com a valorização do trabalho através do exemplo e da participação na vida familiar, e também por não ter com quem deixar seus filhos no contraturno escolar, nos dias em que não há aulas e também nos meses de férias escolares. A falta de vagas em creches municipais é outra problemática relatada pelas mães, pois além da longa fila de espera, há critérios os quais as mulheres feirantes não se enquadram, como por exemplo, ter carteira de trabalho assinada. Existem certos receios também, pois as crianças menores necessitam de maiores cuidados.

Além da importância do trabalho como elemento formador da identidade dos feirantes a partir de suas falas, bem como o resgate das memórias da infância dos mesmos, foi essencial ouvir o que as crianças e adolescentes têm a dizer sobre o trabalho no Mercado Central. A partir das falas, a percepção das crianças em torno do trabalho é permeada por brincadeiras, principalmente quando existe o compartilhamento do espaço e do dia-a-dia da feira com outras crianças. Através da cultura de pares, as crianças conseguem dar novo significado à sua presença na feira, transformando-a em um espaço lúdico, seja na apropriação ou na reinvenção dos modos de atrair fregueses, ao “brincar de vender”. Está perto dos pais para as crianças é algo bom e positivo. Embora dividam o tempo dos estudos com a permanência na feira, muitas delas também se projetam em outras profissões.

Para os adolescentes, o trabalho é estimulado pela própria família, uma vez que por não serem mais crianças, eles já podem e devem arcar com parte de suas necessidades, além de assumir parte das despesas da casa. Os adolescentes mostraram que o trabalho proporciona autonomia em relação aos pais e certa independência, uma vez que não necessitam mais pedir dinheiro para poderem comprar o que querem e precisam, principalmente quando são bens de consumo relacionados à identidade jovem, como celulares, roupas e lazer. A escola não se mostra interessante, pois têm necessidades imediatas que o investimento nos estudos em longo prazo se mostra custoso. Esse ponto coloca em discussão as falhas inerentes ao próprio sistema escolar e também algumas lacunas do Estado, uma vez que mesmo com as políticas públicas de transferência de renda, o trabalho infantil continua persistindo e se perpetuando nas camadas pobres da população.

Muitos estudos apontaram que a junção do PETI ao Programa Bolsa Família, contribuiu para a continuidade do trabalho infantil mesmo com as crianças estando matriculadas e com frequência nas escolas, fato explicado pela condicionalidade do programa, que objetiva a redução do trabalho infantil, mas seu foco é a pobreza e não o indivíduo.

Diferentemente do PETI, o Programa Bolsa Família não propõe atividades extracurriculares sejam de caráter esportivo ou cultural, bem como atividades profissionalizantes para os pais. Nesse sentido, é por isso que mesmo as famílias sendo beneficiárias do programa, as crianças e adolescentes continuam indo para feira no contraturno escolar, pois não estão inseridas em nenhum programa que ofereça atividade nesse tempo.

Ao apresentar a pobreza como causa e consequência da incidência do trabalho infantil se desvia o foco das desigualdades sociais alimentadas pelo sistema capitalista. Os feirantes, como exemplo de classe trabalhadora pobre e informal também perpetuam a cultura do trabalho e não consideram que o trabalho de seus filhos é explorado, pois diferentemente deles, ainda estão tendo a oportunidade de estudar. Além do aspecto econômico que é inegável, a persistência do trabalho infantil quando atrelado aos pobres é socialmente aceito, tendo como causas os fatores sociais e culturais em que os indivíduos estão inseridos, questões que muitas das vezes a escola e o auxílio financeiro por si só não dão conta de resolver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **Crianças e Adolescentes trabalhando?** Uma alternativa de sobrevivência que atravessa gerações. João Pessoa. Editora Universitária/UFPB, 2007.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; LIMA, Joana Azevedo; SANTOS, Denise Pereira dos. **Infância, adolescência e juventude: pesquisa, intervenção e políticas públicas.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **Quando a Educação Não é Solução: Política de Enfrentamento ao Trabalho Infantil.** Ribeirão Preto, 2017

AMAZARRAY, Mayte Raya et al . **Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem.** Psic.: Teor. e Pesq., Brasília , v. 25, n. 3, p. 329-338, Sept. 2009

ANDRADE, Jackeline Amantino de. **O espaço público como uma rede de atores: a formação da política de erradicação do trabalho infantil no Brasil.** Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalho infantil e escolarização no meio rural.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento e SANTOS, Myryan Sepúlveda. **História, memória e esquecimento: Implicações políticas.** In: Revista Crítica de Ciências Sociais. n.79, dez.2007.p.95-111

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BORBA, Ângela Meyer. Culturas da infância nos espaços – tempos do brincar. Niterói: UFF, 2005. Tese (Doutorado em Educação), Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2005

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 19 de novembro de 2017._____. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. 2ª ed. Brasília. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/ipecc/pub/plan-prevencao-trabalho infantil-web_758.pdf. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. **Impactos do programa bolsa família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar.** Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269-301, maio/ago. 2010.

CALLIGARIS, C. **A adolescência.** São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMPOS, Herculano Ricardo and ALVERGA, Alex Reinecke de. **Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho.** *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2001, vol.6, n.2, pp.227-233.

CARDINI, F. **A memória coletiva no pensamento de M. Halbwachs.** /Conferência proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 10 de novembro de 1993

CARDOSO, E. e SOUZA, A. O. **The impact of cash transfer on child labor and school attendance in Brazil.** Working Paper, n. 4-w07, abr. 2004. Department of Economics Vanderbilt University.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade.** São Paulo: Contexto, 2005

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 18, n. 4, p. 50-61, Dec. 2004

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O trabalho Infantil no Brasil contemporâneo.** Carderno CRH. Salvador: v.1, n.54, pág.551-559, set/dez. 2008.

CAVALIERI, C. H. **Trabalho infantil e desempenho escolar.** In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 22., 2000, Campinas. Anais... Campinas, dez. 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 2001

CHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência.** *Psicol. USP*, São Paulo , v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 11 maio 2018

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio da psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1994

CORSARO, William Arnold. **Reprodução interpretativa e cultura de pares.** In: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida Carvalho (Orgs.). Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez Editora, 2009

COUTINHO, Marco Antonio; e VIDAL, Wylenna Carlos. **Pelas ruas do mercado, o pulsar de velhos costumes e novos anseios. O desafio da requalificação do Mercado Central de João Pessoa – PB,** 2007.

CURY, C. R. J. **A educação infantil como direito**. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. v. 2

DAUSTER, Tania. **Uma infância de curta duração**. Uma infância de curta duração: Trabalho e escola. 1992

DORNELLES, L. V. **Infâncias que nos escapam**: da criança na rua à criança cyber. Petrópolis: Vozes, 2005

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora, 1997.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1978

DURKHEIM, E., **Da divisão do trabalho social**.. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1973

DUVIGNAUD, J. Prefácio. In: HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. p.9-17.

EMERSON, P.; SOUZA, A. **Is there a child labor trap? inter-generational persistence of child labor in Brazil**. *Economic Development and Cultural Change*, v. 51, n. 2, p. 375-398, 2003

EMERSON, P.; SOUZA, A. **Is there a child labor trap?** Inter-generational persistence of child labor in Brazil. *Economic Development and Cultural Change*, v. 51, n. 2, p. 375-398, 2003. Review, v. 17, n. 2, 2003

FERRO, A. R. e KASSOUF, A. L. Avaliação do impacto do Programa Bolsa-Escola sobre o trabalho infantil no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 35, n. 3, p. 417-444, 2005

FORMAN, Shepard. **Camponeses: Sua Participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

FRENCH, J. L. **Adolescent workers in the third world export industries: attitudes of young brazilian shoe workers**. *Industrial and Labor Relations Review*, v. 55, n. 2, 2002

GONÇALVEZ, Renato. O trabalho infantil e a agenda social. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 221-240, jun. 1997

Gouveia, Maria Cristina Soares de. **Infância, Sociedade e Cultura**. In: CARVALHO, A; SALLES; GUIMARÃES, M. (Org). Desenvolvimento e aprendizagem. Belo Horizonte: Ed. PROEX-UFMG, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância:** da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

JACQUES, M. G. C. **Identidade**. In:_____. et al. Psicologia social contemporânea. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 159-167.

JORNAL DA PARAÍBA. **Trabalho infantil afetou 80 mil crianças na PB em 2 anos**. Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/trabalho-infantil-afetou-80-mil-criancas-na-pb-em-2-anos.html. Acesso em 20 de novembro de 2017.

KASSOUF, Ana Lúcia e SANTOS, Marcelo Justus dos. **Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o "paradoxo da riqueza"**. *Econ. Apl.* [online]. 2010, vol.14, n.3, pp.339-353.

KASSOUF, Ana Lúcia. **O que conhecemos sobre trabalho infantil**. Belo Horizonte: Nova Economia, pág. 323-350, mai/dez. 2007.

KASSOUFF, A. L.; NUNES, A. de A.; PONTILI, R. M. e RODRIGUES, F. A. **Análise das políticas e programas sociais no Brasil**. Brasília: OIT/Programas IPEC América do Sul, 2004

KRAMER, Sônia. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis de anos de idade. Brasília: FNDE, 2006.

LANE, Silvia T. M. Prefácio. In: CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1994

MALUF, Renato. **Ações Públicas Locais de Abastecimento Alimentar**. Polis Papers numero 05, São Paulo, 1999

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira – século XX**. Disponível em: . Acesso em 20 de abril de 2018

MARCÍLIO, Maria Luiza. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua et al . **O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS**. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília , v. 50, n. 4, p. 763-786, Dec. 2012 . Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000400010. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

MATTOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002.

MOREIRA e VASCONCELOS: **infância e infâncias, o ser criança em espaços socialmente distintos**, 2003

NARDI, H. C. (2006). **Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto do capitalismo contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS

NORA, P. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OIT. Convenção n. 182 - **Convenção sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação**. Genebra: OIT, 1999. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_182.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro**. KASSOUF, A. L. (Coord.) Brasília: OIT, 2004.

PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenhacritica**. Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória. n. 2. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2007.

PEREIRA, Irandi *et al.* **Trabalho do adolescente: mitos e dilemas. Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Caderno n. 2**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, 1994.

PINTAUDI, S. M. **Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana**. Scripta Nova. v. X, n. 218 14. p. 2006. Disponível em : Acesso em: 9 de maio de 2009

PINTO, M.; SARMENTO, M.J. (Coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997. PORTILHO, Evelise Maria Labatut; TOSATTO, Carla Cristina. A criança e o brincar como experiência de cultura. *Rev. Diálogo Educ.*, v. 14, n. 43, p. 737-758, set./dez. 2014

PIRES, Flávia Ferreira. **Crescendo em catingueira: criança, família e organização social no semiárido nordestino**. *Mana*. UFRJ, v. 18. pág. 539-561, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 2011.

QVORTRUP, Jens. **A volta do papel das crianças no contrato geracional**. Rev. Bras. Educ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 323-332, Aug. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782011000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 de abril de 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. (trad.) FRANÇOIS, Alan et al. Campinas: Ed. Unicamp. 2007

RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil**. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013

RIZZO, C. B. S.; CHAMON, E. M. Q. O. **O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 407-417, 2011.

SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. **Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Lisboa: Asa Editores S.A. 2004.

SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. **Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Lisboa: Asa Editores S.A. 2004.

SARMENTO, M. J. **A Globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade**. In: GARCIA, R. L.; LEITE FILHO, A. (Org). Em defesa da educação infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SARMENTO, Manuel Jacinto. VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos. (Org.) **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2007

SARTI, Cynthia A. **As Crianças, os Jovens e o Trabalho**. In “O Compromisso da saúde no campo do Trabalho Infante-Juvenil – Uma proposta de Atuação”. São Paulo. 1999. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

SARTORI, Elisiane. **Trabalho infantil em franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente**. Cadernos Pagu, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30393.pdf>. Acesso em 21 de novembro de 2017.

SCHNEIDER, S. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro: uma apreciação do estudo da OIT**. Porto Alegre: Fetag-RS, Série Documentos n. 01, jan., 2005

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural**. Revista Ruris, Campinas/SP, v. 4, n.1, mar.; 2010

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura e trabalho infantil: uma apreciação crítica do estudo da OIT**. Porto Alegre. Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel, 2005.

SCHWARTZMAN, S. **Education-oriented social programs in Brazil: the impact of Bolsa Escola**. Artigo submetido na Global Conference on Education Research in Developing Countries (Research for Results on Education), Global Development Network. Prague: IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2005.

SILVA, Maria Izabel da. **Trabalho Infantil: um problema de todos**. In: ABONG, Cadernos Abong: Subsídios à IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, São Paulo, n. 29, nov 2001

SILVA, Marineide Maria. **Da cultura do emprego ao empreendedorismo**. In: ALVES, Ana Elizabeth Santos; LIMA, Gilneide de Oliveira Padre; CAVALCANTI JÚNIOR, Manoel Nunes. Interfaces entre história, trabalho e educação. Campinas: Alínea, 2009. p. 139-156

SOUZA FILHO, A. **Medos, mitos e castigos: notas sobre a pena de morte**. São Paulo: Cortez, v. 46, 1995.

SOUZA, Maria Cecília B. R. de. **A concepção de criança para o Enfoque Histórico-cultural** / Maria Cecília Braz Ribeiro de Souza. Marília, 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2007.

SOUZA, R. M. B., & Tolfo, S. R. **Significados atribuídos ao trabalho em condições precárias: um estudo com feirantes do largo da ordem de Curitiba**, PR, 2009.

TASSINARI, Antonella. **Produzindo corpos ativos**: a aprendizagem de crianças indígenas e agricultoras através da participação nas atividades produtivas familiares. Porto Alegre. Novos Horizontes Antropológicos, ano 21, n. 44, pág. 141-172, jul/dez. 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

TOMÁS, Catarina. **As crianças como prisioneiras do seu Tempo-Espaço**. Do reflexo da infância à reflexão sobre crianças em contexto global. Currículo Sem Fronteiras, v.6, n.1. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1articles/tomas.pdf>.

TORRES, Maria Adriana. **Trabalho infantil**: trabalho e direitos. Maceió: EDUFAL, 2011

VANDENBERG, P. NIPPIERD, A. ;GROS-LOUIS, S. **Os empregadores e o trabalho infantil**. Guia I: Introdução ao problema do trabalho infantil (Genebra), Organização Internacional do Trabalho, 2007

VARGAS, H. C. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC, 2001

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço Terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: SENAC, 2001

VEDANA, Viviane. **Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano.** Horiz. antropol., Porto Alegre , v. 19, n. 39, p. 41-68, June 2013

VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973cesso em 21 de novembro de 2017.

VILELA, Luiz F. Diaz; RIGON, J. **El significado del trabajo. Homologación de una version em Português-brasileño del questionário MOW.** In: ENANPAD, 28, 2004, Curitiba. Livro de Resumos dos trabalhos. Porto Alegre: ANPAD, 2004

ZANELLI, J. C. **O Psicólogo nas Organizações de Trabalho.** Porto Alegre: Artmed, 2002.